



Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Escola de Serviço Social – ESS
Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF
Curso de Graduação em Serviço Social

WELLINGTON EMILIANO DE MORAIS

A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO AGRÁRIA E A “QUESTÃO SOCIAL”.

RIO DE JANEIRO, maio/2016

WELLINGTON EMILIANO DE MORAIS

A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO AGRÁRIA E A “QUESTÃO SOCIAL”.

Monografia apresentada no departamento de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a orientação da Prof^ª Dr^ª Marilene Ap. Coelho como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

RIO DE JANEIRO
2016

AGRADECIMENTOS

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por ter sido minha escola por mais de quatorze anos e ainda me proporcionar a possibilidade de graduar em Serviço Social.

Aos professores e professoras que nestes cinco anos dedicaram seu tempo com paciência e dedicação a uma experiência nova que foi a nossa turma.

Ao professor Enrique Wellem e a professora Maristela Dal Moro por ter aceitado o desafio de coordenar nosso curso com tanta dedicação e entusiasmos.

A todos os funcionários administrativos e de serviços gerais que acolhiam nossa turma em todas as etapas nesses cinco anos.

À professora Marilene Coelho por ter aceitado o desafio de trilhar o desconhecido junto a mim, que como resultado surge essa monografia.

À Neuza Adriana Ferreira Morais, mãe querida que sempre me apoiou na luta pela reforma agrária e muito contribuiu para que eu chegasse ao fim deste curso.

A Antonio Nunes de Morais, meu pai, que não mediu esforço para garanti que não passasse grandes dificuldade em terras distantes: Rio de Janeiro.

Aos meus irmãos e irmãs, pessoas queridas que sempre me apoiaram nas decisões que preciso tomar.

A todos camaradas de turma, pelas intrigas e momentos bons que vivenciamos nesses anos em especial ao Ronaldo, camarada parceiro; ao Wagner, camarada metódico; ao Cristiano, camarada para toda obra; ao Saci, parceiro inquestionável; a Carmem Corato, camarada aguerrida e a Elaine Locam, pela bravura indômita.

Ao meu tio Valdenicio e família por acolher-me sempre em que eu estava na escola.

Ao Heitor Rodrigues de Morais, pequeno domador de cavalos, tão pequeno teve que aceitar a distância que nos era imposta nessa etapa da vida.

À Ágata Rodrigues de Morais, linda joia minha, por ter superado junto a mim a saudade que nos arrebatava nas etapas que eu vinha ao Rio.

A minha doce e querida Carolina, amada minha, cujo amor, cuidado e carinho dispensam comentários. Por estar sempre comigo e entre brigas e saudades ter me ajudado como ninguém nessa jornada dolorosa e excitante, sempre presente nos meus momentos mais difíceis desta longa luta. Companheira parceira que com carinho e entusiasmo é coorientadora deste trabalho monográfico.

**A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO AGRÁRIA E A “QUESTÃO
SOCIAL”.**

Banca Examinadora

Prof^a Dr^a Marilene Ap. Coelho - Orientadora
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Prof^a Dr^a Maristela Dal moro
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Prof^o Dr^o Luís Acosta Acosta
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Operário em Construção

Era ele que erguia casas
onde antes só havia chão.
Como um pássaro sem asas
ele subia com as casas
que lhe brotavam da mão.
Mas tudo desconhecia
de sua grande missão:
não sabia por exemplo,
que a casa de um homem
é um templo,
um templo sem religião.
Como tampouco sabia
que a casa que ele fazia,
sendo a sua liberdade,
era a sua escravidão.

De fato, como podia
um operário em construção
compreender por que um
tijolo
valia mais do que um pão?
Tijolos ele empilhava
com pá, cimento e esquadria.
Quanto ao pão, ele comia.
Mas fosse comer tijolo...

E assim o operário ia,
com suor e com cimento,
erguendo uma casa aqui,
adiante um apartamento;
além uma igreja, à frente
um quartel e uma prisão:
prisão de que sofreria
não fosse eventualmente
um operário em construção.

Mas ele desconhecia
esse fato extraordinário:
que o operário faz a coisa
e a coisa faz o operário.
De forma que, certo dia,
à mesa, ao cortar o pão,
o operário foi tomado
de uma súbita emoção
ao constatar assombrado
que tudo naquela mesa
- garrafa, prato, facão -

era ele quem os fazia!
Ele, um humilde operário,
um operário em construção.

Olhou em torno: gamela,
banco, enxerga, caldeirão,
vidro, parede, janela,
casa, cidade, nação!
Tudo, tudo o que existia
era ele quem o fazia!
Ele, um humilde operário
um operário que sabia
exercer a profissão.

Ah! Homens de pensamento,
não sabereis nunca o quanto
aquele humilde operário
soube naquele momento!
Naquela casa vazia
que ele mesmo levantara,
um mundo novo nascia
de que sequer suspeitava.
O operário emocionado
Olhou sua própria mão
sua rude mão de operário
de operário em construção.
E olhando bem para ela
teve um segundo a impressão
de que não havia no mundo
coisa que fosse mais bela.

Foi dentro da compreensão
desse instante solitário
que, tal sua construção,
cresceu também o operário.
Cresceu em alto e profundo,
em largo e no coração.
E como tudo que cresce,
ele não cresceu em vão.
Pois além do que sabia
- exercer a profissão -
o operário adquiriu
uma nova dimensão:
a dimensão da poesia.

E um fato novo se viu

que a todos admirava:
o que o operário dizia
outro operário escutava.
E foi assim que o operário
do edifício em construção
que sempre dizia sim
começou a dizer NÃO.

E aprendeu a notar coisas
a que não dava atenção:
notou que sua marmita
era o prato do patrão,
que sua cerveja preta
era o uísque do patrão,
que o seu macacão de zuarde
era o terno do patrão,
que o casebre onde morava
era a mansão do patrão,
que seus pés andarilhos
eram as rodas do patrão,
que a dureza do seu dia
era a noite do patrão,
que sua imensa fadiga
era amiga do patrão.

E o operário disse: NÃO!
E o operário fez-se forte
na sua resolução (...)

RESUMO

O presente trabalho se dedica a estudar e compreender as mediações existentes entre a questão agrária e a questão social. No primeiro momento dedicamos ao estudo de algumas obras de Karl Marx, Friedrich Engels, Karl Kautsky e Santos, além de outros, mas esses foram centrais na orientação teórica e na elaboração. No *Capítulo I – Questão Agrária*, dedicamos ao estudo da questão agrária, sob os aspectos históricos, político e social. Compreendendo que o fundo social e político da expressão questão agrária direciona o trabalho, afirmando os conflitos e a luta acerca da posse da terra e, posteriormente, as lutas pelas melhores condições de vida no campo, o fermento desta expressão. Nesse sentido afirmamos esse conceito como macro deste tempo histórico. O capítulo está organizado nos subitem: Indicações e Fundamento da origem da expressão questão agrária, Propriedade privada da terra, A Renda Fundiária e a questão agrária e Os trabalhadores e a questão agrária. No *Capítulo II- Questão Social*, estudo baseado na obra de José Paulo Netto, um dos maiores estudiosos da atualidade sobre o conceito. Dedicamos o estudo à origem política, histórico e social do conceito. Da sua origem a atualidade ela ainda reflete as lutas sociais do proletariado mediante a sua condição de existência face ao capital. O capítulo está organizado nos subitem: A emergência da “questão social”, A lei geral da acumulação de capital e a “questão social”, A “questão social” na contemporaneidade e Supressão da “questão social” e da questão agrária. Na última parte As considerações necessárias: questão agrária e a “questão social” observamos como ambas se encontram na contradição entre capital e trabalho.

Palavras chaves: questão agrária, “questão social”, operários do campo.

Sumário

APRESENTAÇÃO	7
CAPITULO 1 QUESTÃO AGRÁRIA	12
1.1 Indicações e fundamentos da origem da expressão “QUESTÃO AGRÁRIA”.	12
1.2 Propriedade privada da terra.....	17
1.3A Renda Fundiária e a questão agrária.....	22
1.4 Os trabalhadores e a questão agrária.....	26
CAPÍTULO 2 - QUESTÃO SOCIAL.....	30
2.1 A emergência da “Questão social”	30
2.2 A Lei Geral da Acumulação de Capital e a “Questão Social”	33
2.3 A “Questão Social” na Contemporaneidade	38
2.4 Supressão da “Questão Social” e da Questão Agrária	44
CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS: questão agrária e a “questão social”	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	52

APRESENTAÇÃO

O tema questão agrária e a “questão social” sempre esteve presente nos intensos debates do universo das ciências sociais, na procura de explicar os fenômenos que delas surgem frente aos impasses de classes no conflito entre capital e trabalho.

A primeira aglutina no seu temário as expressões referentes aos conflitos pela posse da terra e todo impacto que esse conflito resulta. Desde seu nascedouro a questão agrária foi problematizada de formas diferenciadas, tanto no interior da perspectiva socialista quanto da perspectiva capitalista com a concepção de reforma agrária clássica e a sua confluência de abastecimentos de alimento interno, porem, sem resolver toda questão que envolve a contradição capital/trabalho.

A segunda tem em seu invólucro as expressões das mazelas da exploração do trabalho do proletariado. Ela surge como reflexo do fenômeno do pauperismo como afirma José Paulo Netto (2011, p. 152 – 153) “a expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do *pauperismo*”.

Como bem observado, a questão agrária nos remetem aos turbulentos dias das guerras camponesas da Alemanha do século XVI. Ela evidencia a acumulação primitiva do capital com as contradições que aquela estrutura social comportava, ou seja: baixa produtividade, em uma sociedade expandindo exponencialmente, além, é claro, das próprias contradições da vida real dos camponeses, face ao Estado absolutista, e a rapina da igreja sobre os produtos por eles cultivados e sobre os antagonismos de toda sua vida social.

Com o eminente afloramento das lutas burguesas, os principais elementos para a precipitação da noção do termo questão agrária podem estar diretamente associados aos conjuntos de fatores que ligam a questão da concentração da propriedade da terra. A forma com que a produção agrícola estava organizada sob as bases das grandes propriedades e do trabalho servil, a apropriação da produção, a maneira com que a ocupação humana se estabelecia sobre a terra, a forma com que os homens utilizavam essa terra e os conflitos que emergiam desta forma orgânica são premissas que direcionam a compreensão do termo em discussão.

O estudo aqui proposto tem o intuito de pesquisar um tema importante para as ciências sociais e particularmente para o serviço social brasileiro. O seu desenvolvimento se aproxima

da temática da questão agrária e “questão social”, buscando estabelecer as mediações entre as temáticas. Ambas são cruciais para entender a realidade brasileira, principalmente os fenômenos relacionados à fome, à pobreza, às desigualdades sociais.

Para compreender e discutir esta temática buscamos apreender criticamente a realidade em sua totalidade, aproximando, o mais possível, do método desenvolvido por Karl Marx para a “compreensão do movimento real do objeto” Netto (2011) que articula as categoria da “totalidade, a mediação e a contradição” (idem)

Percorrendo os clássicos, observamos os caminhos trilhados de forma distintas dos dois conceitos, mas, mergulhando mais nos estudos, observa similitudes entre ambas. Em Friedrich Engels (2008), no clássico “As guerras camponesas na Alemanha de 1525”, encontra-se o primeiro caminho para a problematização da questão agrária. A análise preliminar indica que os conflitos entre a escassez e a falta de terra, para os camponeses, e põe em debate a primeira forma organizativa de luta para a solução do problema da terra. Ressalta-se que Engels (2008) delineia esses elementos sociais como fundantes das guerras camponesas na Alemanha.

Apesar de o vetor aparente ser a questão religiosa, Engels (2008) desvela os elementos sociais e econômicos da ordem nuclear desta guerra. O autor enfatiza que junto com os elementos religiosos os juros exorbitantes, a pobreza assolante, os tributos cada vez maiores, os dízimos e indulgências se multiplicando, os cercamentos das terras comunais, acarretando o acesso limitado da coleta de lenha aos camponeses, a caça cada vez mais privilégios do clero e da nobreza e a proletarização constantes da força de trabalho do campesinato indicam os primeiros germes da discussão sobre a questão agrária na literatura mundial.

Engels (2008; p. 155) diz que

(...) antes da guerra, a nobreza, os príncipes e os padres já roubavam aos seus vassallos tudo o que era possível roubar-lhes: naquela época a participação do camponês alemão nos produtos do trabalho, como a do proletário dos nossos dias, limitava-se ao mínimo dos meios de subsistência, indispensável à sua própria manutenção e à reprodução da classe camponesa.

Esses aspectos da realidade averiguam-se também em Karl Kautsky (S/d) no seu célebre “A questão agrária”. Nesta obra o autor demonstra que a flutuação do rendimento da terra, nas parcelas menores, a produtividade baixa e sem competitividade no mercado da economia camponesa, a força apresentada pelo latifúndio e, também, a proletarização deste campesinato são elementos substanciais para uma reflexão a cerca da temática questão agrária.

Cada vez mais a economia camponesa vai tornando um trabalho acessório e o latifúndio vai transformando em grandes empresas rurais intensificando a exploração do trabalho e tornando proletário o camponês. Kautsky (s/d; p. 30) ao tratar essa questão diz que

A forma mais suave do processo foi o monopólio, por parte do senhor, do direito da criação de animais, do direito de conduzir as ovelhas ao pasto comum. As queixas a este respeito só começaram na Alemanha depois da guerra dos camponeses. Mas freqüentemente o lucro resultante da criação de carneiros levou os senhores a transforma o pasto comum em propriedade privada. Às vezes chegavam ate a suprimir a parcela dos camponeses a fim de fazerem pastagem da terra cultivável.

Tanto Engels (2008) quanto Kautsky (s/d) refletirão as guerras camponesas na Alemanha como o caudal de premissas que indicam que a partir destes acontecimentos emergiu a questão agrária.

Neste contexto, estabeleceu-se o conflito que desvelou para o camponês a força que poderia estabelecer uma nova forma de relação de trabalho, desvencilhada das amarras que os prendiam ao senhor feudal e evidenciou que aquela relação de trabalho, estabelecida, os condicionava a uma pobreza sem precedentes em face da concentração da terra e do enriquecimento e estabilidade dos senhores.

Tomando esse ponto como referência e se ele for o caminho correto e confirmar esta tese, de que a questão agrária é resultante da relação intrínseca do conflito entre capital/trabalho e a forma de dominação na ocasião estabelecida, pode-se, então, delinear as similitudes da questão agrária com a “questão social” tanto em gêneses quanto sua natureza.

Tem-se na literatura os indícios que comprovam que a primeira noção da expressão “Questão Social” surge a partir da terceira década do século XIX quando as diferenças entre a acumulação e escassez ganham tamanhos colossais. Netto (2011, p. 152/153) trata essa questão da seguinte forma:

A expressão (questão social) surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no ultimo quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo. Com efeito, a pauperização (neste caso, absoluta) massiva da população trabalhadora constitui o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo (...).

O expoente que trouxe essa discussão a tona foi o ano de 1848 com as lutas que ficaram conhecidas como “Primavera dos Povos”. É a primeira tomada de consciência da classe trabalhadora a cerca de suas condições sociais. O entendimento da pauperização, não mais por escassez e sim pelo acúmulo desenfreado de capital pela burguesia. Como se observa em Netto (2011, p.153):

Pela primeira vez na historia registrada, *a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas*. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, alem de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam despossuídos das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente.

De forma preliminar pode-se assegurar que ambas; “questão social” e questão agrária têm seus condicionantes, no que podemos chamar de luta entre capital/trabalho de um lado o capital agrário e o eminente capital industrial versos os camponeses e o incipiente proletário e de outro o capital e o proletariado na sua fase desenvolvida.

Mas para não nos precipitarmos na análise vejamos como chegamos a essas premissas. Para a realização do presente estudo foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica que buscou apreender na literatura crítica a gênese da questão agrária e da “questão social” com a finalidade de estabelecer as mediações entre ambas. Para o estudo da questão agrário priorizou-se o estudo de Engels (2008.) e Kautsky (s/d). Para o estudo da questão social centrou em Ricardo Antunes (1999), Netto (2011) e Marx (1974/1975).

O conteúdo do trabalho encontra-se exposto em dois capítulos. No *Capítulo I – Questão Agrária*, dedicamos ao estudo da questão agrária, sob os aspectos históricos, político e social. Compreendendo que o fundo social e político da expressão questão agrária direciona o trabalho, afirmando, ainda, que os conflitos e a luta acerca da posse da terra e posteriormente as lutas pelas melhores condições de vida no campo, é o fermento desta expressão. Nesse sentido afirmamos esse conceito como macro deste tempo histórico. O capítulo está organizado nos subitem: Indicações e fundamento da origem da expressão “questão agrária”, Propriedade privada da terra, A renda fundiária e a questão agrária e Os trabalhadores e a questão agrária.

No *Capítulo II- Questão Social*, estudo baseado na obra de Netto, um dos maiores estudiosos da atualidade sobre o conceito. Dedicamos ao estudo da origem política, histórico e social do conceito. Da sua origem a atualidade ela ainda reflete as lutas sociais do proletariado mediante a sua condição de existência face ao capital. O capítulo esta organizado nos subitens: A emergência da “questão social”, A lei geral da acumulação de capital e a “questão social”, A “questão social” na contemporaneidade e Supressão da “questão social” e da questão agrária.

. Nas considerações finais buscamos evidenciar as mediações entre as mesmas que foram possíveis apreender neste breve espaço de tempo e nos limites de um trabalho monográfico.

É importante destacar que o interesse por este tema decorre da nossa inserção no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, movimento este que tem papel crucial na nossa formação política e contribuição impa na nossa postura comunista de hoje.

CAPITULO 1 QUESTÃO AGRÁRIA

1.1 Indicações e fundamentos da origem da expressão “QUESTÃO AGRÁRIA”.

Como observado no introito às indicações sugerem que podemos dispor de uma noção acerca da expressão questão agrária, a partir das lutas que envolveram a disputa pela terra nos meandros do século XVI com as lutas camponesas na Alemanha. Porém, o material que dispúnhamos para estudo não nos revela que essa expressão questão agrária fosse utilizada naquela época, o que podemos de início, indicar é que as expressões da questão agrária saltam aos olhos quando aprofundamos a investigação bibliográfica sobre a revolta camponesa de 1525. Falta de terra para cultivar, condições precárias de vida, altos tributos e impostos sobre as atividades agrícolas e a crescente atividade pecuarista surgindo e ocupando os espaços das plantações e exigindo pouca força de trabalho são algumas das expressões que é típico da questão agrária.

O fio condutor do estudo aqui proposto é o contexto sócio-histórico da expressão “questão agrária”. Preliminarmente podemos afirmar que os conflitos e a luta acerca da posse da terra concomitantemente com as lutas por melhores condições de vida no campo no século XVI, fez-se de fermento para o surgimento deste conceito.

Na história da humanidade vamos encontrar muitas lutas pela posse da terra, lutas por conquistas de territórios, pelas terras mais férteis como travaram os seguidores de Baal (deus da fecundidade, da alegria e do lucro) contra os seguidores de Javé (Deus do deserto e da guerra), pelas terras da Canaã.

Essas lutas religiosas eram o puro reflexo do antagonismo de classe, Max Beer (2006; p.27) indica que “os proprietários adoravam Baal, o deus da fecundidade, da alegria e do lucro. Os pobres continuavam fieis a Javé, em quem viam o deus da coesão da tribo, da comunidade, da bondade”. E mais ainda, segundo Beer (idem) a “rivalidade entre javé e Baal era apenas um reflexo, no domínio religioso, da luta de classe que aparece com a transformação econômica do país”.

Já, na história da civilização, vamos encontrar Roma em luta por território, gerando conflitos entre outros povos e entre as próprias classes romanas o que averiguamos quando Beer (2006; p.83) relembra que;

O antagonismo entre patrícios e plebeus, que se havia conservado em determinados limites durante o tempo dos “reis”, agrava-se quando Roma entra em guerra com seus vizinhos e conquista novos territórios, por que os patrícios se apoderam de quase todas as terras conquistadas. No ano de 494, a plebe já estava tão descontente,

que resolveu sair da cidade e instalar-se no monte sagrado, para ali fundar uma comunidade independente.

Esses conflitos, na infância da sociedade, ainda não se apresenta ao indivíduo como sendo resultado de uma consciência de classe, embora a *historia da sociedade é a historia da luta de classes* (Marx), as lutas travadas nesse tempo não têm em sua forma consciente fundamentos da sociedade de classe, a miséria a fome são real, porem a escassez também é real. O direito de dispor das terras pela nobreza é um direito divino que na consciência dos plebeus é sagrado.

Marx (2006; p. 35) trata esta questão da seguinte forma;

A consciência é, naturalmente, antes de tudo a mera consciência dos meios sensíveis mais imediatos e consciência do vinculo limitado com outras pessoas e de coisas exteriores ao individuo que se torna consciente; ela é, ao mesmo tempo, consciência da natureza que, inicialmente, se apresenta aos homens como um poder totalmente estranho, onipotente e inabalável, com o qual os homens se relacionam de um modo puramente animal e diante do qual se deixam impressionar como gado; é, desse modo, uma consciência puramente animal da natureza (religião natural) – e por outro lado, a consciência de necessidade de firmar relações com os indivíduos que o cercam constitui o começo da consciência de que o homem definitivamente vive em sociedade.

Mas isso, ainda, não reflete de modo satisfatório o que pretendemos estudar, pois, mesmo uma consciência de sociedade não necessariamente indica uma consciência do antagonismo de classe que existe em seu interior, e esse antagonismo de classe só é possível com um determinado desenvolvimento das forças produtivas do modo de produção de cada época, “(...) é preciso, pelo contrario explicar essa consciência pela contradição da vida material” (Marx; 1983) o que não estava posto naquele tempo histórico.

Podemos afirmar que a contradição da vida material aplicada entre as forças produtivas sociais e as relações de produção daquele período impulsionasse as transformações necessárias do modo de produção existente à época, mas não porque os indivíduos inseridos nessa transformação tivessem consciência de classe para si. Como exemplo, nos tempos da revolução burguesa o proletariado como sujeito ativo desta revolução não a fez como ser consciente de uma classe antagônica á burguesa.

Os elementos iniciais de nosso estudo indicam que as contradições no interior da sociedade no sec. XVI já carrega em si elementos constitutivos de uma contradição na vida material eminente. Lembramos que esse século é percussor da mais ampla tentativa de reforma da igreja católica, gerada pelo enriquecimento generalizado da madre santa e dos reis (senhores absolutos) e uma generalizada pobreza dos plebeus e camponeses.

As lutas sociais gestadas nesse período vêm de encontro com a transformação sofrida na estrutura feudal de produção. A revolução burguesa encontra nesse período terra fértil para ser gestada, a crise agrícola e impossibilidade de se reconfigurar como modo de produção, coloca em xeque a forma feudal de organização social.

O que era a pedra angular do feudalismo, as forma camponesas de organização e ocupação da terra, abriu lugar para uma nova forma organizacional com base nas grandes extensões de terra, despovoadas e com a introdução de pastagem para criação de ovelhas. Começa gestar nesse momento a concentração da terra e, por conseguinte, a apropriação privada desta.

Observamos que no feudalismo começa a ser superado as formas da sociabilidade camponesa em *strito senso* por uma nova forma que é o cálice da dádiva burguesa. Observa-se que a forma e o conteúdo das relações feudais baseada estritamente numa economia agrária sofrem grandes rupturas com a ascensão das relações burguesas de produção o que, por conseguinte, abrirá grandes fendas na sociabilidade camponesa.

Esse século é precursor de grandes feitos. A ciência dá alento as mais célebres descobertas de nosso tempo, as circunavegações, pensadores como Copérnico, Galileu Galileu, Descarte, já nós coloca face a face com as fragilidade do regime vigente e o poder estabelecido a educação aplicada etc. é nesse período que, também, começa a ruir as bases da sociedade feudal.

Esse panorama nos fornece elementos suficientes para acreditarmos que a sociedade se encontra amadurecida a ponto de comportar no seu seio a compreensão do antagonismo de classe, a burguesia irrompendo do seio do feudalismo e gestando concomitantemente o proletariado das entranhas da plebe e dos camponeses.

Por essas razões as lutas camponesas na Alemanha traz em si o germe da expressão questão agrária. Essas lutas que no mesmo ímpeto alastrou-se por toda Europa e para os Estados Unidos da America, foi o elemento essencial para as lutas de libertação e de independência dos séculos posteriores, revolução puritana e gloriosa na Inglaterra, revolução francesa e independência norte americana.

A situação dos camponeses naquele período era de uma exploração exacerbada, todas as classes, exceto o proletário eminente da época, o exploravam. A existência dos camponeses era a base da existência de todas as outras classes, o seu produto, o produto de seu trabalho, era o produto das classes exploradoras, eram eles que fazia as moedas tilintar nos cofres da

igreja e do Estado absolutista, eram eles que enchiam os silos dos senhores e eram eles que engrossava as fileiras dos exércitos. Sobre isso Engels (2008; p. 67/68) escreveu que;

Todas as classes, exceto a última, (o proletário), oprimiam a grande massa da nação: os camponeses. O camponês suportava todo o peso do edifício social: príncipes, funcionários, nobreza, frades, patrícios e burgueses. Tanto o príncipe quanto o barão, o mosteiro quanto a cidade, todos o tratavam como um mero objeto, pior que as bestas de carga.

As desventuras dos camponeses não findavam por aí, como estavam atados ao senhor de “pés e mãos”, eram sujeitados às piores degenerações da pessoa humana e não havia um código, que seja, para assegurá-los das atrocidades dos reis, senhores feudais e da igreja.

Tal como a propriedade, também a pessoa do camponês, a sua mulher e filhas pertenciam ao senhor. Tinha o direito a pernada. Quando queria, mandava encerrar os seus servos no calabouço, onde esperava a tortura tal como espera o juiz de instrução. Matava-os e mandava-os degolar quando queria. (idem)

É sob esse cenário que surgem as primeiras resistências camponesas em plena idade média. Engels (2008, p.69) afirma que muitas resistências camponesas ocorreram na Europa, porém “antes da guerra camponesa não se verificou nenhuma insurreição geral de todos os camponês”. Estas resistências tinham em suas reivindicações pautas bem singulares e já indicavam o grave problema agrário no seio da decadente sociedade feudal.

É importante ressaltar que as condições sócio-históricas que possibilitaram o grande levante foram os aumentos dos tributos, dos dízimos e indulgências, impostos e a rapinagem sobre as terras comunais por parte dos nobres à revelia do Estado absolutista, e a exclusão total dos camponeses aos bosques de caça. Estas eram as características típicas da relação estabelecida entre a nobreza e o campesinato, o estopim para a deflagração das guerras camponesas daquele tempo. Por último, mas não sem grande importância destaca-se o papel opressor exercido pela igreja sobre os camponeses.

Essa guerra impulsionada por uma revolta contra a religião hegemônica da época e contra a repressão aplicada pelo estado absolutista do mesmo período cumpria duas tarefas, de um lado reformular as insígnias da igreja, aproximar Deus dos oprimidos e de outro reformular as leis que possibilitasse ao camponês melhores condições de vida, acesso a terra e diminuísse os impostos e tributos sobre os camponeses. Essa questão é evidenciada quando os camponeses queimam as igrejas e templos católicos e secularização os bens da igreja e os distribui entre eles. Segundo Engels (2008) “a guerra dos camponeses tinha popularizado a secularização dos bens eclesiásticos em benefício dos camponeses”.

Kautsky (s/d) quando cita o quinto artigo do manifesto dos camponeses que estavam organizados na revolta camponesa de 1525 revela os problemas existentes na essência da vida material dos camponeses naquele período. Observamos uma transição lenta e gradual da forma de vida e organização social do campo. Primeiro priva-se o camponês de apanhar lenha, depois cercas os campos e o priva de cultivá-los em seguida arranca suas casas e os expulsam para a cidade. Vejamos o quinto artigo nas palavras de Kautsky (S/d; p.29).

(...) em quinto lugar, nós queixamos também quanto ao corte de madeira, por que nossos senhores tomam para si exclusivamente todas as matas, e se o homem pobre tem necessidade de alguma coisa, precisa comprá-la por um preço duplo. Nossa opinião é que todas as matas que religiosos ou leigos possuem sem tê-las comprado devem revertê à propriedade da comuna inteira e que qualquer integrante da coletividade deve ter o direito de apanhar no bosque o que seja preciso em casa, mesmo para construir, se tanto lhe for necessário, ele deve ter madeira sem pagamento. Para a regulamentação correspondente deve haver apenas uma comissão eleita para tal fim pela comuna: com isso será evitada a exploração.

No quarto artigo evidencia-se que o camponês, além de não ser central para acumulação de riqueza para a nova ordem que surge entre as entranhas do mundo antigo, o feudalismo, ainda lhe é castrado o direito sobre os bens comuns que dispõem a natureza á suas necessidades básicas.

Citaremos mais uma passagem de Kautsky (idem) em que ele trata deste quarto artigo do manifesto dos camponeses de 1525, para darmos mais justeza ao argumento que tratamos.

(...) em quarto lugar, ate aqui foi defeso a todo homem pobre caçar ou pescar nas águas corrente, o que nos parece nada razoável e nada fraternal, nem de acordo a palavra de Deus. De resto, em algumas localidades a autoridade pública favorece a caça sem nenhuma consideração por nós e em nosso detrimento, em virtude do que as colheitas propiciadas por Deus para utilidade dos homens são inutilmente consumidas pelas feras. E a tudo assistimos em silêncio, o que afinal é contra Deus e contra o próximo.

Testemunhamos nesses dois artigos como as contradições inerentes a vida e a organização social da economia feudal sofrem grandes impactos e forja um sujeito consciente da necessidade da mudança. Embora a mudança ocorra exatamente para suprimir sua forma primitiva de produção metamorfoseando sua antiga condição de camponês para um novo sujeito, o proletariado emergente da época.

Os avanços nas relações sociais que surgem nesse momento não comportam o camponês com sua tradicional forma de produzir. O desenvolvimento das forças produtivas o subestima como força motriz na produção de mercadoria, seu trabalho e sua cultura tornam obsoletos para o emergente modo capitalista de produção e tudo a sua volta torna estranho aos

seus antigos costumes por fim, lhe restam duas opções ou a proletarização sem garantias de assalariamento ou é lançado na mendicância e na vagabundagem rebaixados à extrema desumanidade das camadas mais baixas da sociedade. Kautsky (S/d; p.31) irá deduzir que:

(...) o desenvolvimento da produção de mercadorias determinou na agricultura as tendências mais contraditórias, todas, contudo, tiveram por efeito a limitação, para o camponês, de modo sempre crescente, da terra cultivável, e em particular das pastagens e das florestas (...). a existência campesina, com isto, foi subvertida nos seus alicerces.

Sobre essas premissas estão lançados as indicações de uma possível compreensão da expressão questão agrária, encontramos no seu fundo social, político e econômico questões latentes como a limitação ao acesso a terra, os cercamentos dos pastos comunais, a limitação e, até mesmo, proibição à pesca e à caça, a pauperização crescente e os altos tributos e impostos junto com o dízimo e as *indulgencias* católicas impostos ao camponês. Além da luta da burguesia pelo direito a propriedade privada da terra, concentrando-a e a revolucionando em relação a produtividade baixa que não comportava o mundo em expansão daquela época.

Achamos correta essa afirmação por que ela nos indica, mesmo hoje com todo avanço das forças produtivas, que a questão agrária se expressa sob os mesmos ditamos de outrora, suas expressões apenas ganharam novos contornos sem prejuízo da compreensão do conceito em se revela. O cerne da questão está na propriedade privada da terra.

Procuraremos delinear no tópico a seguir o elemento, a nosso ver, central para as contradições inerentes à questão agrária. Estudaremos a estrutura da propriedade privada em seus aspectos históricos e sua consolidação na sociedade moderna.

1.2 Propriedade privada da terra

O primeiro pressuposto do modo capitalista de produção é apropriação privada dos meios de produção, entre eles a terra. A terra é o primeiro pressuposto da produção de “valores de uso” (Netto, 2012, p. 422), tomando-a como parte integral da natureza.

Marx (1985) observa que cada sociedade tem uma forma de apropriação deste bem natural. E não somente, mas também, as distintas formas de propriedade.

Para Marx (1985; p.90)

Propriedade — e isto se aplica às suas formas asiática, eslava, antiga clássica e germânica — originalmente significa uma relação do sujeito atuante (produtor) (ou um sujeito que reproduz a si mesmo) com as condições de sua produção ou reprodução como suas próprias.

Cada sociedade concebeu historicamente processos distintos de propriedade que culminou na forma moderna de propriedade.

É aceito na teoria social de Marx que as primeiras formas de propriedade estiveram ligadas às capacidades próprias de cada indivíduo no *labor*, sua interação com a energia de seu próprio corpo e sua relação com os outros indivíduos da comunidade. A propriedade aqui é social/comunal, seja na simples interação dos indivíduos para coleta de frutos ou na interação para a aplicação da agricultura. Seu contorno é a ocupação social/comunal de um território serviente à coleta e/ou a ocupação social/comunal de certa extensão de terra serviente à agricultura.

Marx (1985; p. 85) afirma que;

Assim, originalmente, *propriedade* significa nada mais do que a atitude do homem em encarar suas condições naturais de produção como lhe pertencendo, como *pré-requisitos de sua própria existência*; sua atitude em relação a elas como *pré-requisitos naturais* de si mesmo, que constituiriam, assim, prolongamentos de seu próprio corpo.

Observamos que essas características indicadas por Marx (1985) é o primeiro ponto, ou se preferirmos o ponto de partida, para a tomada de consciência do homem sobre sua relação com as condições dadas em certa época histórica. Aqui se observa que na sociedade primitiva a propriedade não esta para além dos braços dos homens, incorpora nele o território, força vital e a comunidade como sendo a própria extensão de seu corpo.

Marx (2007; p.90) irá chamar essa primeira forma de propriedade de tribal que “corresponde à fase não desenvolvida da produção, em que um povo se alimenta da caça e da pesca, criando animais ou, no máximo, da agricultura”. Portanto, desconhecendo qualquer forma de apropriação privada dos meios de subsistência. No que se refere à agricultura “propriedade tribal pressupõe uma grande extensão de terras incultas” (idem).

Observa-se também que a divisão social do trabalho conhece seu estágio mais elementar na qual “se limitada a uma maior extensão da divisão natural do trabalho que já existia na família” (idem). A estrutura social, ao que parece é, portanto, uma extensão da própria família.

Vamos encontrar, também, a segunda forma de propriedade que Marx denominou de propriedade “estatal ou comunal da antiguidade” (idem). Essa forma de propriedade que surge na era da civilização foi à forma pela qual o modo de produção escravocrata se estabeleceu em relação a propriedade da terra, ela se caracteriza pelo advento “da unificação de mais de

uma tribo numa *cidade*, por meio de contrato ou conquista, e na qual a escravidão continua a existir” (idem).

Por toda uma série de fatores no próprio processo de desenvolvimento desta sociedade, seja ele o desenvolvimento da propriedade imóvel, da divisão do trabalho em estágio mais avançado e organizado, iremos encontrar fortes indícios do que Marx (idem) identificou como uma;

(...) oposição entre a cidade e o campo, e mais tarde, oposição entre aqueles estados que representam o interesse da cidade e aqueles que representam interesse do campo; e, no interior das próprias cidades, encontramos a oposição entre a indústria e o comércio marítimo. A relação de classes entre cidadãos e escravos está completamente desenvolvida.

Outra forma, nesse processo histórico em relação à propriedade da terra, refere-se à forma feudal. Com uma economia predominantemente rural essa forma de propriedade estava baseada na relação de exploração comunal da terra servos ligados a terra por laços servis e dela provia sua reprodução e a reprodução dos senhores. A terra e os instrumentos de trabalho faziam parte do universo da propriedade que dispunha os senhores que controlavam a economia feudal.

Para elucidar melhor essa forma de propriedade Marx (2007; p.91) nos indica suas características,

A propriedade feudal, tal como a propriedade comunal e tribal, baseia-se igualmente numa comunidade em que não são mais os escravos, como para os antigos, mais sim os pequenos camponeses servos da gleba que formam a classe imediatamente produtora. Simultaneamente à formação completa do feudalismo, surge também a oposição às cidades. A estrutura hierárquica da posse da terra e a vassalagem armada ligada a essa estrutura davam à nobreza o poder sobre os servos. Essa estrutura feudal, assim como a propriedade comunal antiga, era uma associação oposta à classe produtora dominada; apenas a forma de associação e a relação com os produtores diretos eram diferentes, por que as condições de produção haviam mudado.

Essa forma de propriedade da terra e esse modo de organização da economia foi o caminho pelo qual fez irromper a forma moderna de propriedade privada da terra.

Para tal ensejo fez necessário um longo período histórico de acumulação e desenvolvimento das forças produtivas, uma ruptura descomunal entre campo e cidade e uma divisão social, sofisticada, do trabalho. Esses elementos fez despojar o servo do seu estado de servidão retirou todos os meios pelo qual ele produzia e reproduzia sua existência colocando-o em um estado de homem livre, livre da terra e dos instrumentos de trabalho, contando

apenas com sua capacidade motoras para fazer-se na relação interpessoal no mundo do trabalho.

Para tornar a classe hegemônica, a burguesia, como Marx (1985; p. 97/98) identifica, precisou,

(...) transformem a massa de indivíduos de uma nação, se não em trabalhadores genuinamente livres, imediatamente, em trabalhadores potencialmente livres, cuja única propriedade seja sua força de trabalho e a possibilidade de trocá-la pelos valores existentes. Tais indivíduos confrontam todas as condições objetivas de produção como *propriedade alheia*, como sua *não-propriedade* mas, ao mesmo tempo, como algo intercambiável como *valor* e, portanto, até certo ponto, apropriada pelo trabalho vivo.

Com estes elementos estão postos uma nova forma de propriedade, onde não são mais homens que confrontam com suas capacidades e propriedades se fazendo na relação de trabalho, seja caçando, pescando, coletando ou lavrando a terra em comum propriedade, onde a apropriação do fruto do trabalho é uma apropriação individual no fruto coletivo de uma relação coletiva de trabalho e propriedade.

O esgotamento da forma servil de organização do trabalho e a erupção dos pequenos teares e, a criação de ovelhas apresentando como alternativa financeira aos olhos e aos bolsos dos senhores ocasiona um massivo cercamento das terras comuns que antes eram destinadas a agricultura camponesa.

Esse movimento, primeiros passos para apropriação privada da terra, gera um grande contingente de camponeses desvinculados da terra que no ensejo se metamorfoseia, num processo longo, em trabalhadores com propriedade somente de sua força de trabalho.

Matriz de outra forma de organização do trabalho, esses homens que antes eram camponeses, agora sem outros meios de prover sua existência, é o elemento central para a troca livre de propriedade de trabalho por uma porção de valores, cuja nova cultura, indica como real e justa na relação capital/trabalho. Temos a nítida e cruel separação dos homens de seus meios reais de produção, condição única do modo capitalista de produção.

Marx (1985; p.99) elucida esse elemento da seguinte forma;

O processo que, de um modo ou outro, separou a massa de indivíduos de suas anteriores relações afirmativas com as *condições objetivas de trabalho*, que negou tais relações e, portanto, transformou tais indivíduos em *trabalhadores livres* é, também, o mesmo processo que liberou estas *condições objetivas de trabalho*, potencialmente, de *suas ligações prévias* com os indivíduos agora delas separados. (Estas condições de trabalho incluem terra, matérias primas, meios de subsistência, instrumentos de trabalho, dinheiro, ou todos estes juntos.)

No instante em que foram criadas as condições para o aprisionamento da terra e a apropriação privada da produção, gestou também a possibilidade da troca direta desta produção por um equivalente geral e universal, a forma dinheiro, o capitalismo criou não somente as condições de sua existência plena como enveredou todas as formas para a apropriação de trabalho vivo.

Nessa nova relação, a relação capitalista de propriedade, o homem não está mais vinculado à terra como outrora. Para manter-se o homem, agora, não lavra a terra em comum e nem domina parcialmente os meios de produção, agora, ele permuta sua força de trabalho por uma quantia equivalente de dinheiro ao lavrar a terra, como força viva de trabalho, como homem livre na relação direta com o proprietário privado da terra.

Propriedade privada dos meios de produção e principalmente da terra e um mercado universal de mercadorias moveis e imóveis, no caso um mercado de trabalhadores livre e desprovidos de quaisquer propriedades a não ser sua força de trabalho e um equivalente geral com aparente característica para permutar com qualquer outra mercadoria, dinheiro, formam as bases pela qual se sustenta a nova ordem burguesa e sua “moderna” propriedade privada dos meios de produção.

Com essa nova forma de propriedade da terra que se desvincula das outras formas de propriedades privada em outros tempos históricos conhecidos, vamos encontrar os conflitos que podemos identificar como tradicionais e emergentes aspectos vinculados à questão agrária.

Como aspectos tradicionais observamos que; quem trabalha na terra não a tem como propriedade, o resultado de seu trabalho não o pertence, pertence a outrem (o proprietário capitalista); apesar de ter acesso aos meios de trabalho (terra – ferramenta) e principalmente a força de trabalho, o camponês não tem a liberdade de produzir o que é necessário para a satisfação de suas necessidades.

A apropriação privada da terra em seu estágio moderno vem da dolorosa ruptura do trabalhador de seu meio natural de trabalho. Rompe os antigos costumes e os antigos laços que estes vinham atrelados com sua fixação na terra. Terra essa, tida como uma ordem envolvente de sua vida afetiva em todos os âmbitos. Agora esses indivíduos são lançados em uma forma de trabalho em que são submetidos a uma alienação deste com seu produto. Não são mais eles os mediadores diretos entre seu trabalho e o produto, na produção direta algo lhe

é retirado e sua mediação, agora, é o equivalente geral. O camponês de outrora agora é o proletário da cidade e do campo.

Essa forma “moderna”, tanto da propriedade privada em geral como da terra em particular, configura a raiz central do capital e é a singular relação entre capital e trabalho. A mudança observada é que não há discrepância entre proprietário capitalista e proprietário de terra. Configura, na sociabilidade burguesa, uma única forma de apropriação privada dos meios de produção e essa se estabelece tanto na cidade como no campo, o capital é o único senhor destas terras e da mesma forma fabril explora mais-valia sobre o trabalho do operário camponês.

Na atualidade a propriedade privada da terra, é uma apropriação privada individual ou em consórcio de vários capitalistas, independente do tamanho. Esta passa ser uma forma de reserva de capital na acumulação geral capitalista, tanto produzindo valor ou em forma de especulação financeira.

Do agricultor familiar médio ou pequeno ao capitalista do agronegócio a forma de apropriação é a mesma, o que muda consideravelmente é que a concentração da terra em uma fração reduzida de indivíduos da sociedade é cada vez mais latente. E essa concentração atrelada a uma pauperização cadente da população rural e de quem esta estritamente vinculada à relação antagônica propriedade privada da terra e trabalho, que faz da questão agrária um átomo político e econômico ponderável aos nos dias.

A apropriação privada da terra forneceu aos capitalistas uma vasta capacidade de obter renda, renda principalmente sem ser diretamente o proprietário produtor e sim um proprietário especulador.

Trataremos a seguir o caminho histórico pelo qual a apropriação privada da terra possibilitou o surgimento da renda fundiária sob a premissa do capitalismo constituindo um vetor no aguçamento da questão agrária.

1.3 A Renda Fundiária e a questão agrária

O exercício aqui proposto é o de apreender as determinações e condicionantes políticos e econômicos da problemática agrária a partir da revisão dos estudos de Marx e outros autores acerca da renda fundiária, compreendendo que suas mediações são elementares para nossa análise na compreensão da questão agrária.

Ao tomar como referencia a teoria social de Marx (1974, pg.864) verificamos que “a expropriação da população rural cria imediatamente apenas grandes proprietários de terra”. É nessa contradição que surge a possibilidade de exploração da renda da terra propriamente dita e, é nesse contexto que procuraremos analisar os conflitos que fomentaram a problemática da questão agrária desde então.

Ao analisar as pequenas parcelas camponesas na fase de acumulação pré-capitalista, observamos que sua baixa produtividade, apenas para suprir às necessidades de primeira ordem, ou seja, apenas para a subsistência, não consegue concorrer no mercado eminente daquele período. Ocorrem nesse momento os cercamentos das terras comunais e a transição gradual das lavouras para as pastagens, despovoando o campo e conglomerando massas de camponeses nos centros urbanos. Assim gradativamente vai dando espaço para uma economia agrária cada vez maior e de proporções latifundiárias, ocasionando uma crescente proletarização do campesinato.

Esse movimento abre as portas para uma nova exploração da terra, o arrendamento, seja ele grande ou pequeno não importa. O que importa é que os senhores da terra agora permutam não mais com os produtos do trabalho servil, mas, sim com capital fruto do arrendamento, embora esse arrendamento muitas vezes tenha características servis também. Vejamos o que Marx (1975, pg. 841) nos diz sobre o assunto:

Os yeomen, os abastados camponeses independentes, foram substituídos por pequenos arrendatários, com contratos anualmente rescindíveis, gente servil, dependente do arbítrio do grande proprietário. Demais, o roubo sistemático das terras comuns, aliado ao furto das terras da coroa, contribuiu para aumentar aqueles grandes arrendamentos, chamados, no século XVIII, de fazendas de capital ou fazenda comerciais e que tornavam a população agrícola disponível para a indústria.

A discussão preeminente da renda diferencial I e II para esse estudo é muito importante, e nos interessa averiguar a simbiose entre ambas. Longe de transgredir sobre fertilidade do solo, das condições que cada capitalista dispõem para explorar cada parcela em particular, destaca-se a semelhança com processo produtivo da indústria. Neste período a agricultura, agora em seu processo de desenvolvimento com aplicação de técnicas agrônômicas, realiza um lucro extraordinário mediante sua aplicação correta e esse lucro extraordinário segundo Kautsky (S/d, p.71) é a “renda territorial ou fundiária”.

Kautsky (idem) enfatiza que; “essa espécie de lucro extraordinário na agricultura esta submetido a leis particulares, e constitui, portanto, uma categoria em economia política: a **renda territorial ou fundiária**”.

O elemento importante a ser considerado é que, essa renda fundiária é o elemento central no processo de acumulação burguesa no seu percurso de desenvolvimento ou sua fase mercantilista pré-capitalista. A base da acumulação burguesa encontra-se na fragmentação da “propriedade da terra feudal, do colonato e do campesinato”. Seu desenvolvimento gerou o grande e o pequeno arrendatário e deu início a massiva proletarização da população rural e engendrou o caminho para as bases da economia capitalista, o solo (terra) passou a condicionar renda pelas suas próprias características de fertilidade etc, a expectativa de renda, ou seja, a especulação que em torno desta, cria a possibilidade de auferir lucro por parte dos capitalistas e do proprietário da terra.

Esse movimento gera um distanciamento daqueles que da terra necessitam para satisfazer suas necessidades e o controle efetivo deste meio elementar de produção que é a terra, ou seja, a terra torna uma propriedade privada e os camponeses destituídos dela.

Marx (1975, p.707) nos indica que “a propriedade fundiária supõe que certas pessoas têm o monopólio de dispor determinadas porções de terras do globo terrestre como esferas privativas de sua vontade particular com exclusão de todas as demais vontades”.

A análise até aqui indica que o monopólio da terra, gera um novo conceito na economia política e social, a renda fundiária. Averigua-se também que a renda fundiária torna-se o pilar essencial na consolidação do modo capitalista de produção. Este movimento nos coloca em evidência o conceito de questão agrária como resultante do eminente conflito que resulta deste monopólio.

Cabe ressaltar que todo esse movimento é resultado próprio da acumulação capitalista emergente como nos ressalta Marx (1975, p.708)

O monopólio da propriedade da terra é pressuposto histórico e fica sendo base constante do modo capitalista de produção, como de todos os modos anteriores de produção que se fundamentam de uma forma ou de outra na exploração das massas. Mas, a forma de propriedade fundiária que o sistema capitalista no início encontra não lhe corresponde. Só ele mesmo cria essa forma, subordinando a agricultura ao capital, e assim a propriedade fundiária feudal, a propriedade de clãs ou a pequena propriedade camponesa combinada com as terras de uso comum se convertem na forma econômica adequada a esse modo de produção, não importa quão diversas sejam suas formas jurídicas.

É com esse monopólio, o monopólio da terra, que acentua a divisão social do trabalho entre campo e cidade. O campo produzindo os víveres de primeira necessidade, o alimento, a cidade com suas indústrias produzindo os bens de consumo e meios de produção e técnicas que irão ser consumidas pelo campo também.

Essa divisão social entre campo e cidade acarreta ao campesinato¹ uma ruptura drástica com a sua forma de vida. O campesinato passa a ser proletário ou pequenos arrendatários com as piores condições de trabalhos, muitas vezes incapazes de produzir a própria renda da terra.

Aqui temos uma forma diferenciada das antigas formas de exploração do solo. A renda fundiária é uma renda sobre o monopólio que dispõe o arrendatário sobre a terra e não necessariamente as melhorias que possam ter aplicado ao solo. Vejamos como Adam Smith (2010, p.101) trata essa questão;

A renda da terra, então considerado como o preço pago pelo uso da terra, é naturalmente um preço de monopólio. Não é de modo algum proporcional ao que o proprietário possa ter aplicado no aperfeiçoamento da terra, ou ao que ele pode tomar, mas ao que o lavrador pode tolerar como pagamento.

Sobre essas condições esses pequenos arrendatários vão abrindo espaços cada vez maiores aos grandes arrendatários, o latifúndio, que mais tarde serão os próprios possuidores das terras. Neste movimento encontraremos a metamorfose entre campo e cidade, entre a indústria e a terra.

Em nossos dias, com o gigantesco desenvolvimento das forças produtivas, é residual, porem não nula, a prática de arrendamento. Os possuidores de terra, grandes corporações monopolistas e transnacionais se fundem com os antigos latifundiários, tornando as grandes e em certas medidas as pequenas propriedades de terras em extensões cada vez mais a imagem e semelhanças da indústria. Precisão na aplicação de técnicas produtivas seja na agricultura como na pecuária, força de trabalho (proletarizada) cada vez mais especializada, transportes e condições de escoamento da produção cada vez mais moderno e precisão tanto geológica, agrônômica, meteorologia, veterinária e farmacêutica etc. subordinam a produção agropecuária. Isso tudo gera lucro, mais valia e substituí cada vez mais a renda fundiária.

Vale ressaltar que, mesmo a pequena propriedade, em nossos dias, chamada de agricultura familiar, não pode fugir a esse desenvolvimento das forças produtivas, sejam na agricultura produzindo alimento para cidade, ou na pecuária consorciados as grandes empresas de suinocultura, avicultura entre outras.

¹ O termo se referencia ao conceito apresentado no Dicionário do Pensamento Marxista editado por Tom Bottomore, que apresenta o campesinato como “o conjunto daqueles que trabalham na terra e possuem seus meios de produção: ferramentas e a própria terra. Embora ele seja frequentemente aplicado a todos os produtores diretos que trabalham a terra, é importante definir esse termo mais precisamente e distinguir entre camponeses e outros trabalhadores agrícolas não assalariados.” (2013, p. 76), Exercício este que foi aplicado ao longo deste capítulo.

Esses elementos produzem um sujeito bem particular à exploração da terra, a renda da terra que metamorfoseia em lucro do capital vem acompanhando estritamente a exploração dos trabalhadores que estão diretamente nessa relação da propriedade privada da terra e o trabalho. É sobre esse indivíduo que vamos estudar a seguir. Veremos como esse sujeito que compõem a massa de trabalhadores que sofre particularmente as expressões da questão agrária estão diretamente submetidos ao antagonismo entre propriedade privada da terra e o trabalho.

1.4 Os trabalhadores e a questão agrária

Se tomarmos as referências atuais da questão agrária observamos que suas expressões estão voltadas a um público bem singular. É recorrente termos análises indicando que os despossuídos da terra, “os camponeses” são os que formam o núcleo que costumeiramente identificamos como os sujeitos que vivenciam a questão agrária.

A primeira análise recorrente das indicações do capítulo anterior nos mostra um universo bem mais amplo do que o senso comum nos revela. Se tomarmos o simples fato da questão agrária ser o conjunto de contradições que envolvem o campo, revelaremos que todos que estão envolvidos direta ou indiretamente com a relação *propriedade privada* da terra e *trabalho* formam os sujeitos que vivenciam a questão agrária.

O meeiro face ao proprietário, o pequeno arrendatário face ao proprietário, o assalariado rural, o parceiro, o boia-fria, os Sem Terra, os pequenos proprietários de terras todos eles estão, de uma forma ou de outra, submetidos às expressões da questão agrária.

Esses “operários do campo”, por vias distintas, reivindicam melhores condições de vida no campo, seja por melhores salários, seja por melhores preços da renda fundiária, seja por melhor divisão na meia, seja por distribuição de terras, sejam por melhores condições de créditos e facilidade de acesso a eles, por melhores preços no lote de produtos no caso do boia-fria. Todos eles buscam, em distintas formas de luta, meios que evidenciam a precarização em que estão submetidos. Observamos, também, uma intensa organização dos movimentos e organizações que trabalham com essas categorias pelas reivindicações entorno das políticas sociais tais como, moradia, saúde, educação, etc.

José Graziano da Silva (1981, p36) trabalha com o conceito “operários-camponeses” para designar os pequenos proprietários, parceiros, posseiros e pequenos arrendatários. Pela complexidade da agricultura brasileira nos dias de hoje preferimos ampliar o conceito

utilizando a expressão “operários do campo”, compreendendo nele as formas modernas de exploração do trabalho no campo com o avanço da organização do capitalismo no campo. Nessas relações estão inseridos também o assalariado rural e o bóia-fria, uma vez que, as expressões da questão agrária e as reivindicações de ambos se assemelham e por essas relações de trabalho no campo não ser apenas uma particularidade desses sujeitos e sim o universo dessa relação de trabalho no campo.

Essa relação social de trabalho no campo nos revela um conjunto de elementos indicando que tanto no campo quanto na cidade, principalmente nos pequenos povoados rurais, encontramos uma gama de sujeitos que estão envolvidos nessa relação de exploração da força de trabalho, na relação antagônica entre propriedade privada da terra (capital) e trabalho.

Esses sujeitos perdem a sua autonomia na produção face ao proprietário da terra. O resultado do seu trabalho, o objeto produzido, é alheio a ele, como criatura passa a criador, tornando-o mero instrumento de trabalho. Marx (2004, p.80) trata desta questão da seguinte forma;

(...) o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe denfronta como um *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa (*sachlich*), é a *objetivação* (*vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômica como *desefetivação* (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto e servidão ao objeto*, apropriação como *estranhamento* [*Entfremdung*], como alienação [*Entäusserung*].

O elemento central da análise é o fato da questão agrária ter seu fermento no âmago do desenvolvimento histórico da propriedade privada da terra, relação que no seu princípio já é excludente e produz incessantemente seu contrário, os que estão fora como donatário, mas estão dentro como força de trabalho explorada, os que não possuem a propriedade privada da terra, mas que possuem a propriedade do trabalho.

Dessa contradição, propriedade privada da terra e trabalho, dentro da questão agrária, a forma de luta mais reconhecida é a reforma agrária. A luta pela reforma agrária envolve em seu âmbito os anseios da maior parcela dos que sofrem as expressões da questão agrária seja ele o meeiro, o pequeno arrendatário, o parceiro, o sem terra ou o pequeno proprietário da terra. A reforma agrária torna-se singular pelo fato de envolver em sua pauta uma série de pequenas reformas com enorme poder de melhorias para a vida destes “operários do campo”,

sejam melhorias na relação de trabalho, seja na moradia, na produção de alimentos e por que no reconhecimento do valor do trabalho destes sujeitos.

Como observamos em Silva (1981, p.36), a reforma agrária:

é a reivindicação maior de todos aqueles que poderiam ser chamados de “operários-camponeses”, os quais, por terem terra insuficiente e/ou condições precárias de acesso a mesma, são obrigados a se assalariar temporariamente para garantir a sua sobrevivência. Mas não são apenas os "operários-camponeses" que a reivindicam. Também os assalariados têm na reforma agrária sua bandeira de luta política.

A reforma agrária, como identifica Silva (1981), além de ser uma luta econômica destes “operários do campo” torna, também, uma poderosa arma na *luta política*, quando a sua realização não mais pode ser feita sem o enfrentamento direto contra a propriedade privada e o Estado e quando através dela se pode fazer, também, reivindicações por melhores salários e por diversas outras políticas sociais típicas dos assalariados rurais.

Por isso identificar com clareza quem são os sujeitos que poderão tornar a força motriz desta luta é fundamental para organização da luta dos trabalhadores rurais brasileiros. A luta que esta posta na ordem do dia para esses sujeitos é o questionamento das formas capitalistas de organização do trabalho e sua estrutura excludente de propriedade.

Com o grande avanço do modo capitalista de produção no campo é impossível pensar um sujeito social heterogêneo de forma restrita nessa relação. Este sujeito homogeneizou considerando as forma de trabalho neste universo de produção. Não pretendemos ignorar nesta análise as residuais formas similares à produção “camponesas” ainda existentes em alguns pontos isolados do país, mas salientar que a forma capitalista é hegemônica e determina em última instância a relação antagônica entre capital/trabalho.

Seu universo, hoje, engloba uma gigantesca tecnificação em todos os níveis de produção seja eles no chamado agronegócio quanto na forma da agricultura familiar. Não podemos mais pensar o campo sem uma estrutura fabril seja na administração quanto propriamente dito na produção, o campo torna uma extensão da indústria.

Logo, os sujeitos de hoje, são diferenciados no que diz respeito à escolarização e formação, pois a tecnologia exige dos sujeitos (operário do campo) um tipo específico e especializado de conhecimento, que vem sendo difundido e valorizado, principalmente pelas universidades por meio da extensão rural e pela Empresa Mineira de Assessoria Técnica Rural (EMATER). Não vamos aprofundar esse debate, pois não é foco de nosso trabalho, mas temos nesse contexto a dualidade onde os “povos” do campo são atrasados/limitados e os da cidade modernos e avançados.

Grandes cooperativas de silagem, grandes laticínios de leite, grandes frigoríficos, grandes estruturas de exportação, grandes máquinas para produção de sementes, grandes técnicas de irrigação, grandes impressas de genéticas e insumos químicos, grande confinamentos de gado. Esse conjunto forma o modo pelo qual em nossos dias produz uma grande massa de operários voltados somente a atender essa demanda de produção no campo.

Se atentarmos na análise até os pequenos proprietários na sua grande maioria estão vinculados ao grande capital do campo, seja no consorcio de suínos e avícolas no sul do país, seja na produção de café e tomate no sudeste seja na produção de leite e carne no centro oeste ou até mesmo na produção de frutas no nordeste todos tornam assalariados do capital mesmo sendo proprietários de suas pequenas unidades de terra.

Essa relação de trabalho não é harmoniosa com outras formas primitivas de trabalho ela carece cada vez mais e somente de trabalho assalariado, para metamorfosear a velha forma de renda da terra para o lucro da terra. Do velho latifúndio surgiu o empresário da terra, uma aliança entre capital financeiro e capital industrial limpou, em nossos dias, os restos dos parasitas da renda da terra. Isso fica bem ilustrado já na década de 1980, quando Silva (1981, p. 40) afirma que “Não são mais apenas os velhos coronéis do Nordeste. Os grandes latifundiários, hoje, são também os bancos e as grandes multinacionais: o Bradesco, a Volkswagen, a Jarí”.

O modo de produção capitalista organizado no campo brasileiro nos dias de hoje produziu um imenso contingente de pauperizados, uma multidão de miseráveis que vivem abaixo da linha de pobreza, alguns explorados em sua força de trabalho outros descartados da relação de exploração que sem dúvida não serão reaproveitados jamais no campo e tão pouco nas cidades.

Por estas e outras razões que sugerimos “operários do campo” como desígnios para todos aqueles que estão submetidos às expressões da questão agrária, os assalariados rurais, os pequenos proprietários, os pequenos arrendatários, os parceiros, os meeiros, os sem terras, os boias frias. Suas reivindicações se assemelham e estão interligadas pela natureza de suas necessidades.

Agora adentraremos na discussão a cerca da “questão social”, compreendendo o processo histórico de sua emergência e os condicionantes na sua instituição com tal, para dai, em seguida discorreremos em suas similitudes com a questão agrária.

CAPÍTULO 2 - QUESTÃO SOCIAL

2.1 A emergência da “Questão social”

Em nossos dias é correto afirmar que o termo “questão social” tenha surgido nas lutas que fomentaram a revolução de 1848, conhecida com A Primavera dos Povos. Netto (2011) sugere que ele apresenta naquele instante para responder a uma nova situação gerada pela concentração de riqueza em uma camada específica da população, a classe burguesa, situação essa que ficou conhecida como o fenômeno do pauperismo que se alastrou no seio das camadas baixa da sociedade, o proletariado.

Muitos autores indicam que nesse momento surge uma nova forma de pobreza, baseada nos alicerces do excedente. Nesse instante já não podem mais falar sobre o fenômeno da escassez que atravessou o período de baixo desenvolvimento das forças produtivas da Idade Média. Estamos agora no período dos avanços da revolução industrial iniciada nos fins do sec. XVIII, o excedente cresce em larga escala a riqueza se multiplica e a produção de alimentos, impulsionada pelas inovações técnicas de aplicação da agronomia, ganha tamanhos colossais. A burguesia revolucionou os meios de produção em escalas nunca antes vista na história da humanidade. Sobre isso Marx (2005, p56/57) nos indica que;

A burguesia, durante seu domínio de classe, de apenas cem anos, criou forças produtivas mais poderosas e colossais do que todas as gerações passadas em conjunto. A subjugação das forças da natureza pelo homem, a maquinaria, a aplicação da química na indústria e na agricultura, a navegação a vapor, as vias férreas, o telegrafo elétrico, a exploração de continentes inteiros para fins de cultivo, a canalização de rios, populações inteiras brotadas da terra como que por encanto – que século anterior poderia - prever que semelhantes forças produtivas estivessem adormecidas no seio do trabalho social?

Na literatura contemporânea vamos encontrar o desvelamento de uma sociedade baseada na abundância em contraste com a miséria. É notado nesse momento que quanto mais desenvolve um pólo da classe social, mais precariza o outro polo dessa ordem social. (Netto, 2011).

Estes elementos indicam que a sociedade, agora com sua contradição entre burguesia e proletário, nos apresenta uma nova estrutura de conflitos de classes. Uma classe que luta para manter e aumentar seu patamar de acumulação de riqueza e outra que luta para sair das condições de exploração a que é submetida. A sociedade agora se baseia na acumulação de riquezas, na exploração do trabalho, na produção de mercadorias e no seu pilar fundamental, a

propriedade privada dos meios de produção. Uma classe luta pra conservar a relação social baseada na exploração, a outra classe para transformá-la por interia.

O importante é ressaltar que essa luta só toma forma consciente, consciência de classe, a partir dos acontecimentos de 1848, quando os proletários tomam consciência de sua situação de classe e de sua exploração.

O “bolo cresceu mais não fora repartido”, o ciclo progressista da burguesia havia chegado ao fim e as reivindicações dos proletários não haviam sido atendidas. Netto (2011, p 154) nos indica que,

(...) os eventos de 1848, encerrando o ciclo progressista da ação de classe da burguesia, impedem, a partir de então, aos intelectuais a ela vinculados (enquanto *seus representantes ideológicos*), a compreensão dos nexos entre economia e sociedade – donde a interdição da compreensão da relação entre capitalismo e pauperização.

A classe trabalhadora já não reconhece mais a burguesia como sua representante sócio/política, ela reconhece nesse momento que suas reivindicações não têm espaço na ordem burguesa, que sua condição de miséria é exatamente a condição de desenvolvimento da ordem burguesa, sua exploração é a condição da acumulação, que sua fraqueza é a força da burguesia, o proletário notou que

(...) sua marmita, Era o prato do patrão, Que sua cerveja preta, Era o uísque do patrão, Que seu macacão de zuarte, Era o terno do patrão, Que o casebre onde morava, Era a mansão do patrão, Que seus dois pés andarilhos, Eram as rodas do patrão, Que a dureza do seu dia, Era a noite do patrão, Que sua imensa fadiga, Era amiga do patrão. E o operário disse: Não! E o operário fez-se forte Na sua resolução. (MORAIS, Vinicius de Operário em construção; XX)

Essa tomada de consciência lança o proletariado no cenário político, agora como sujeito, como classe proletária ciente de seu papel histórico. Para Marx (2005, p 58) a classe que surge das entranhas da sociedade burguesa e ainda mais; “A burguesia, porém, não forjou apenas as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que manejarão essas armas – os operários modernos, os proletários”.

Os acontecimentos de 1848 são nas palavras de Iamamoto, (2011, p. 84)

[...] as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operaria e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão.

Portanto, o proletariado compreende sua exploração como sendo constitutiva da relação com a burguesia, para os trabalhadores não há alternativa a não ser a luta social. Os

fenômenos até então apresentado para ele, fome, condições precárias de moradia, jornadas exaustivas de trabalho, entre outras mazelas são apenas expressão de uma relação baseada na produção de mais valia.

Vamos, então, encontrar que os traços da questão social começam a ser demarcado a partir de 1830 com a “classe operaria se apresentando como força política autoconsciente e independente na Grã-Bretanha e na França” (Hobsbawm, 2005, p. 162), suas movimentações coloca em questão a prosperidade da sociedade burguesa, e sua condição, condição de trabalhadores, insere na ordem do dia a expressão “questão social” que a própria literatura política burguesa ira entende-la como correta.

Já a partir de 1848 com todo o caldario de lutas sociais o pensamento conservador busca marginalizar a “questão social” ao “naturalizá-la” como sendo algo inerente a todas as sociedades. Quem melhor trata desta questão é Netto (2011, p.155)

Posto em primeiro lugar, como caráter de urgência, a manutenção e a defesa da ordem burguesa, a “questão social” perde paulatinamente sua estrutura histórica determinada e é crescentemente naturalizada, tanto no âmbito do pensamento conservador laico quanto no confessional que alias, tardou até mesmo por reconhecê-la como pertinente.

A importância dos levantes de 1848 é que os operários compreendem drasticamente a distancia que existe entre seus anseios e os anseios burgueses, em proporções “histórico – universal” passa da “condição de classe em si a classe para si” (Netto, 2011)

Netto (2011, p 156) vai além afirmando que a classe trabalhadora “acenderam, em seu processo de luta, a consciência política de que a “questão social” esta necessariamente colada à sociedade burguesa: *somente com a supressão desta conduz à supressão daquela*”.

A sociabilidade burguesa é incapaz de possibilitar aos proletários, os modernos operários, meios de ascensão de sua condição de classe operária. A magnitude de sua condição de classe trabalhadora explorada é a magnitude da acumulação capitalista burguesa, é sobre essas bases que produz e se reproduz as expressões da questão social típicas da sociedade moderna capitalista.

Marx (2005, p 64/65) trata desta questão citando momentos na história em que a classe explorada se elevava de seu *status* em ascensão equilibrada com a classe que os explora e cita a condição adversa do proletariado que ao invés de ascensão se agrava com o fenômeno do pauperismo.

O servo, durante a servidão, conseguia tornar-se membro da comuna, assim como o pequeno burguês, sob o jugo do absolutismo feudal, conseguia elevar-se à categoria de burguês. O operário moderno, ao contrario, longe de se elevar com o progresso

da indústria, desce cada vez mais abaixo das condições de existência de sua própria classe. Ele cai no pauperismo, que cresce ainda mais rapidamente do que a população e a riqueza.

É importante ressaltar que a “questão social” é, em última instância, os traços da sociedade dividida em classes assentadas no trabalho assalariado, e a exploração é o meio único para a acumulação de capital.

A “questão social” é a relação contraditória entre capital e trabalho e a forma como os trabalhadores se põem política e socialmente diante das condições estabelecidas pela sociedade das mercadorias, a sociedade da propriedade privada, a sociedade burguesa.

No capítulo que se segue trataremos da Lei Geral de Acumulação de Capital e a “Questão Social” no intuito de delinear sobre esses aspectos as variantes que possibilitaram a emergência de conceituação da “questão social”.

2.2 A Lei Geral da Acumulação de Capital e a “Questão Social”

Neste tópico vamos entrar no debate da lei geral de acumulação de capital e os impactos que esta incide sobre a classe proletária.

Na composição orgânica do capital no modo de produção capitalista observamos uma tendência especial de o capital retornar à produção na parte constante desta composição mantendo inalterada a parte variável deste processo. É sabido que neste processo o capital constante não adiciona valor no processo de produção, ele apenas transfere o valor embutido na sua natureza, já a parte variável tem o papel de transformar um valor inicial em valor acrescido de novo valor.

Por capital constante identificamos o conjunto de meios que são necessários para o modo capitalista de produção, ou seja, máquinas, matéria prima, etc. como afirma Marx (1975; p 234).

A parte do capital, portanto, que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, materiais acessórios e meios de trabalho, não muda a magnitude do valor no processo de produção. Chamo-a, por isso, parte constante do capital, ou, simplesmente; capital constante.

E, a parte variável deste modo de produção buscamos, também, em Marx (1975; p 234/235) quando ele afirma que o;

Capital convertido em força de trabalho, ao contrário, muda de valor no processo de produção. Reproduz o próprio equivalente e, além disso, proporciona um excedente, a mais valia, que pode variar, ser maior ou menos. Esta parte do capital transforma-se continuamente de magnitude constante em magnitude variável. Por isso, chamo-a parte variável do capital, ou simplesmente, capital variável.

Para nossa análise é importante saber que quanto mais capital é investido e centralizado na composição constante menos é investido na variável, mantendo, assim, sua magnitude inicial, primeiro passo para o surgimento de uma nova forma de precarização (o pauperismo) advindo da natureza da acumulação. É na composição variável do setor produtivo que encontra o proletariado. E como bem afirma Marx (1975; p714) “acumular capital é, portanto, aumentar o proletariado”.

O proletariado como vendedor livre de força de trabalho se expanda na medida em que a acumulação de capital também é crescente. Quanto mais braços livres dispõem o capital para inserir no processo produtivo maior será seu processo de valorização.

Marx (1975; p 716) afirma que:

O mecanismo do próprio processo de acumulação aumenta, juntamente com o capital, a quantidade dos “pobres laboriosos”, isto é, dos assalariados, que transformam sua força de trabalho em força de valorização crescente do capital que esta sempre se expandindo. Com isso, eternizam necessariamente sua relação de dependência para com seu próprio produto, personificado no capitalista.

Nesse modo de produção temos as relações de produção aparentemente bem simplificadas de um lado o comprador de força de trabalho, possuidor dos meios de produção e de outro o vendedor de força de trabalho, possuidor apenas de suas forças físicas. De posse do trabalho alheio, como comprador, o objetivo deste “é aumentar o seu capital, produzir mercadorias que contem mais trabalho do que ele paga e cuja venda realiza também a parte do valor obtida gratuitamente” (Marx 1975; p 719)

Essa relação genuína é, portanto, o caminho mais curto para uma relação de superexploração do trabalho, quanto mais trabalho gratuito dispõem o capitalista mais terá ele alterado sua composição inicial de capital, chegando assim à natureza inalterada do capital, que Marx (1975) ira chamar de *acumulação*.

A acumulação de capital vem da discrepância entre capital variável e capital constante do dispêndio de trabalho gratuito que o trabalhador transfere para o capitalista no ato da produção.

Marx (1975; p 723) chama atenção para o fato de que “os fundamentos gerais do sistema capitalista, chega sempre, no curso da acumulação, a um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa alavanca da acumulação”.

A acumulação é a pedra angular do modo de produção capitalista e nela vamos encontrar os elementos gerais da chamada “questão social”, uma vez que a acumulação de capital vem na contra mão das realizações da classe trabalhadora.

Voltando ao Marx (1975; p. 726) veremos como ele afirma essa questão.

Com a acumulação do capital desenvolve-se o modo de produção especificamente capitalista e com o modo de produção especificamente capitalista acumulação do capital. Esses dois fatores, na proporção conjugada dos impulsos que se dão mutuamente, modificam a composição técnica do capital, e, desse modo, a parte variável se torna cada vez menor em relação à constante.

Esse movimento cria, por sua dinâmica e movimento, uma concentração ampliada de riquezas cada vez mais concentrada nas mãos de poucos capitalistas individuais (Marx; 1975)

É importante destacar que a acumulação capitalista produz um exército industrial de reserva excedente. Na proporção direta do aumento da acumulação de capital aumenta também um segmento da classe trabalhadora que está vinculada ao trabalho, porém fora da esfera produtiva e impossibilitada de venderem sua força de trabalho. E um outro segmento de trabalhadores, que jamais será reaproveitado aos setores produtivos da sociedade.

Sua lógica de funcionamento tem por princípio uma economia constante de trabalho vivo, o que impulsiona a exclusão de boa parte da população trabalhadora dos postos de trabalho. Marx (1975; p 732) refere-se a esta ação afirmando que “a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua”.

E ao tornar supérflua, a classe trabalhadora revela o movimento cruel do capital, a capacidade de produzir miséria e pobreza na mesma proporção que produz riqueza.

Vejamos como Marx (1975; p 738) elucida essa questão.

A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, torne-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas e acelera ao mesmo tempo a produção do exército industrial de reserva numa escala correspondente ao progresso da acumulação social.

É por estas razões que nos períodos de lutas da classe trabalhadora no quarto decênio do século XIX é revelado ao mundo a frieza do modo capitalista de produção.

O modo capitalista de produção revela-se nesse instante os mais cruéis traços da máquina que surgiu para destroçar ossos. Homens que outrora vivia sob domínios da escassez agora vê surgir diante de seus olhos à penúria de sua existência sob o domínio da riqueza, riqueza auferida pela acumulação, concentração e centralização de capital num pólo específico da sociedade.

A área do capital não permite o pleno desenvolvimento do ser humano e limita à grande massa da população trabalhadora o mero “servo moderno” produtor de riqueza, onde o resultado do seu trabalho não o pertence e em certa medida o escraviza.

O proletariado possuidor, apenas, de força de trabalho tem na sua contraposição o burguês e a mediação desta relação é o salário que se evidencia no ato da troca de mercadorias no mercado de força de trabalho.

A classe trabalhadora é funcionalizada à produção de mercadoria e o resultado final de sua produção não é de sua propriedade e sim do capitalista que, pelo grilhão do salário recolhe-lhe o excedente no final do processo produtivo.

Marx (1975) diz que a superpopulação relativa compreende três formas que acaba por elucidar as distintas variáveis da condição da classe que trabalha. Observamos que essas formas têm impactos distintos na vida do proletário.

A primeira forma, conhecida como flutuante compreende aqueles que ora estão trabalhando, ora estão fora das atividades laboriosas. Como o próprio Marx (1975; p.744) atesta que “esses que são despedidos tornam elemento da superpopulação flutuante que aumenta ao crescer a indústria”.

A segunda forma é a superpopulação latente, na qual até certa medida podemos dizer que abrange o universo da população trabalhadora do campo, que por uma constante imigração para os centros urbanos, estes estão sempre à margem do pauperismo com o risco constante de afundar nesse lamaçal, sua desqualificação para o trabalho fabril e sua enorme massa crescente são subordinados a “nível mínimo de salários” (Marx; 1975; p.746)

A terceira forma é a estagnada que envolve no seu âmbito parcela do exército de trabalhadores com potencial de trabalho e que, como diz Marx (1975) estão em ocupações totalmente irregulares. Estes estão subjugados à

Duração máxima de trabalho e mínimo de salários que caracterizam sua existência. Conhecemos já sua configuração principal sob o nome de trabalho a domicílio. São continuamente recrutados para suas fileiras os que tornam supérfluos na grande indústria e agricultura e notadamente nos ramos de atividade em decadência, nos quais o artesanato é destruído pela manufatura ou esta pela indústria mecânica (Marx; 1975; p. 746).

Essas três formas de superpopulação relativa compreendem o que, notoriamente, convencionamos a chamar de categorias baixas da população trabalhadora, elas formam a massa populacional que torna despesas extras da produção capitalista, mas que sempre essas

despesas são transferidas para a classe trabalhadora e para a classe média inferior (Marx; 1975).

O pauperismo é o elemento central da “questão social”, produzida compulsoriamente pela acumulação de capital, resultado da relação antagônica entre capital/trabalho. Neste modo de produção os trabalhadores são continuamente lesados junto ao resultado de seu trabalho, o trabalho não é elemento de sua realização e sim de sua exploração.

Marx (1975; p 747) chamou atenção para o fato de que “quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo”. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista.

O fio da análise a que podemos indicar é que o modo como os homens relacionam-se entre si na sociedade capitalista gera um processo constante e crescente de acumulação da riqueza nas mãos de uma classe. Este movimento evidencia-se na lei geral de acumulação de capital e demonstra a máquina histórica de produzir pauperizados que é o modo de produção capitalista.

Se a classe trabalhadora colocou-se no fazer histórico como classe para si é por que sentiu indelevelmente o resultado imanente da acumulação capitalista.

As expressões da “questão social” impacta sobre a classe que trabalha de distintas formas e intensidade dependendo do momento histórico em que elas são produzidas e reproduzidas, da estrutura em que se encontra o desenvolvimento das forças produtivas e das características específicas da acumulação do momento em questão.

A contradição entre capital/trabalho, inerente à estrutura do modo capitalista de produção, reflete bem a forma pela qual a lei geral de acumulação incide sobre o proletariado.

Recorrendo a Marx (1975; p 749) vamos identificar que “a acumulação de riqueza num pólo é ao mesmo tempo acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no pólo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital”.

A “questão social” tem na sua gênese essa lei geral de acumulação de capital e não se elimina uma sem eliminar a outra. A permanência da segunda é pré-requisito da existência da primeira. Somente com uma transformação radical mediante uma revolução social comunista é que se apresenta a possibilidade da supressão da “questão social”.

Com os mesmos instrumentos que a burguesia produziu o proletariado ela produziu os elementos primeiro de sua eliminação, de sua superação, porém não se dará de forma

mecânica e etapista, o processo será de muita luta e organização social da classe que tem o papel histórico de enterrar a burguesia e seus mecanismos de exploração e repressão da força de trabalho.

Marx em O Manifesto Comunista (2005) nos mostra que a “burguesia produz seus próprios coveiros. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis”.

Nosso trabalho agora é observar como a “questão social” se expressa em um suposto momento de elevadíssimo desenvolvimento das forças produtivas, onde a acumulação de capital explora todas as possibilidades da sociedade seja na forma de capital produtivo, financeiro ou agrário.

2.3 A “Questão Social” na Contemporaneidade

As particularidades que podemos atestar sobre a “questão social” em nosso tempo histórico é que ela continua a mesma, inalterada, mantendo suas bases na contradição entre capital/trabalho e fermentada pela acumulação capitalista longe do ideário conservador burguês com sua apologia a uma “nova questão social”. É fato que nas análises que tratam deste tema a questão do desemprego ocupa um lugar de destaque, ele evidencia em primeira ordem o agravamento das expressões da “questão social”, uma vez que sua densidade é passível de mensuração. Mas a nossa análise precisa ir além desta ordem primária, precisamos adentrar na profundidade desta questão e averiguar como ela se acentua na contradição eminente da relação antagônica entre capital/trabalho.

Nossa reflexão visa buscar na exploração do trabalho e na relação antagônica entre burguesia e proletariado as bases para tais expressões. Compreender que para além do desemprego, o crivo da exploração do trabalho na sociabilidade burguesa, também, cria as dinâmicas mais perversas das expressões da “questão social”.

Não podemos nos deter, também, à mera reflexão da pobreza em si para delinear as esferas da “questão social” que por questão semântica é definida pelos códigos e crivos da análise econômica, conforme observamos em Rodrigo Castelo Branco (2008. p 11)

A natureza da “questão social” não é redutível somente à pobreza, unilateralmente definida por critérios econômicos. As raízes da “questão social” devem ser procuradas nas desigualdades geradas e perpetradas pela exploração do trabalho assalariado pelo capital, sob pena de uma análise superficial do pauperismo. Esta exploração, por sua vez, pressupõe uma espécie de desigualdade originária: quando da expropriação violenta dos meios de produção dos trabalhadores, restou aos trabalhadores a posse da sua força de trabalho, enquanto os capitalistas acumularam meios de produção e altas somas de dinheiro, capazes de comprar aquela força de trabalho abundantemente ofertada nos mercados.

O que pretendemos apresentar, no entanto, é uma análise sócio/política e econômica da dita “questão social”, buscar as características de suas expressões no contexto atual, com um olhar atento as suas raízes. Buscamos referência no trilho que leva a estruturação produtiva toyotista /neoliberalismo dos dias atuais, ambos sobre os aspectos da acumulação flexível. Enfatizamos, no entanto, a importância de não perdermos de vista o fio condutor da análise sobre a luz da acumulação capitalista.

Os anos setenta e oitenta do século XX foram marcados por acontecimentos ímpares na história mundial e em particular do Brasil.

Observamos que a crise, a qual apresenta suas contratendências em 1974, trouxe impactos enormes à economia capitalista mundial, freando um longo ciclo de crescimento (anos dourados de acumulação de capital) desde os finais da década de 40. Esta apresentou como golpe de misericórdia ao modelo de acumulação rígida com suas bases no taylorismo/fordismo e à gestão estatal do Welfare State.

Averiguamos em Ricardo Antunes (1999; p. 38) elementos contundentes que nos elucidam a importância da acumulação fordista para o capital.

A introdução da organização científica taylorista do trabalho na indústria automobilística e sua fusão com o fordismo acabou por representar a forma mais avançada da racionalização capitalista do processo de trabalho ao longo de várias décadas do sec. XX, sendo somente entre os finais dos anos sessenta e início dos anos setenta que esse padrão produtivo estruturalmente comprometido começou a dar sinais de esgotamentos.

Essa crise foi uma clara crise do capital, que minou suas bases: a superacumulação, superprodução e o subconsumo e por consequente o agravamento da tendência da queda na taxa de lucro. Uma crise que, além, de expressar o esgotamento do padrão fordista marcou-se pela retomada das lutas de classes com fortes movimentos de greves na França e Itália nos finais dos anos sessenta.

Essas lutas trazem à tona o novo colorido das expressões da questão social, um pauperismo acentuado sob os limites da superacumulação de capital, novas formas da exploração do trabalho baseado na intensificação do mesmo, flexibilização das leis trabalhistas e uma aguda e acentuada miserabilidade para o setor que comporta o exército industrial de reserva. É uma avalanche para os setores da empregabilidade gerando assim um elevadíssimo quadro do desemprego, que segundo fora observado acima revela em primeira instância o agravante da questão social.

Se o que marcou a entrada do fordismo/taylorismo como padrão de acumulação de capital foi à forma de expansão extensiva, agora o que está posto como meio para sanar a depressão de 1974 é a acumulação intensiva. Essa nova forma tem como base a experiência japonesa observada às condições e os limites que este país apresentava para o mundo, pequeno geograficamente e sem condições política para expandir em outros territórios, as bases de seu crescimento econômico teve como base o redirecionamento capitalista a teia da expansão de forma intensiva.

A reestruturação produtiva toyotista se apresenta com alguns pilares que vai de encontro com toda lógica taylorista/fordista, tanto para o capital quanto para o trabalho. Para o capital lhe assegurando a retomada da acumulação e sua dominação global ao mesmo tempo em que insere o trabalho na relação flexível e “possibilitando” maior “controle” do processo de produção modificando a sua relação homem/máquina do padrão fordista.

Para termos uma ideia panorâmica desta lógica organizacional do trabalho recorreremos a Antunes (1999; p. 54/55) que identifica essa reestruturação da seguinte forma:

1º- é uma produção muito vinculada à demanda, visando atender as exigências mais individualizadas do mercado consumidor, diferenciando-se da produção em serie e de massa do taylorismo/fordismo. Por isso sua produção é variada e bastante heterogênea, ao contrario da homogeneizada fordista; 2º) fundamenta-se no trabalho operário em equipe com multivariada de funções, rompendo com o caráter parcelar típico do fordismo; 3º) a produção se estrutura num processo produtivo flexível, que possibilita ao operário operar simultaneamente varias maquinas (na Toyota, em media 5 maquinas) alterando-se a relação *homem/maquina* na que se baseava o taylorismo/fordismo; 4º) tem como principio o *just in time*, melhor aproveitamento possível do tempo de produção;

Esses sistemas provocam rupturas dantes inalteradas no seio da organização do trabalho, o racionalismo operacional, de um lado intensifica a exploração do trabalho e de outro lapida a acumulação flexível de capital.

Os outros elementos da reestruturação produtiva do capital insere no operariado a responsabilização pelo processo de trabalho, isentando o capital de qualquer responsabilidade nessa relação. É gestado um processo de fragmentação na órbita do processo produtivo, a fábrica toyotista terceiriza a maior parte do trabalho cabendo a ela apenas o foco na produção central. Isso acarreta ao proletariado uma relação de trabalho completamente frágil num processo de crise do capital o que acentua a “questão social” como se averigua a seguir segundo o próprio Antunes (idem)

5º- funciona segundo o sistema *Kanbam*, placas ou senha de comando para reposição de peças e de estoques. No toyotismo, os estoques são mínimos quando comparados ao fordismo; 6º) as empresas do complexo produtivo toyotismo,

inclusive as terceirizadas, tem uma estrutura horizontalizada, a aproximadamente 75% da produção era realizada no seu interior, a fábrica toyotista é responsável por somente 25% da produção, tendência que vem se intensificando ainda mais. Essa última prioriza o que é central em sua especialidade no processo produtivo (a chamada “teoria do foco”) e transfere a terceiros grande parte do que antes era produzido dentro de seu espaço produtivo. Essa horizontalização estende-se às métodos e procedimentos para toda rede de fornecedores. Desse modo, flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ, controle de qualidade total, *kanban*, *Just in time*, *Keizen*, *team work*, eliminação do desperdício, gerência participativa, sindicalismo de empresa, entre tantos outros pontos, são levados para o espaço ampliado do processo produtivo; 7º) organiza os círculos de controle de qualidade (CCQs), constituindo grupos de trabalhadores que são *instigados* pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho, com vistas a melhorar a produtividade das empresas, convertendo-se num importante instrumento para o capital apropriar-se do *savoir faire* intelectual e cognitivo do trabalho, que o fordismo despreza; 8º) o toyotismo implantou o “emprego vitalício” para uma parcela dos trabalhadores das grandes empresas (cerca de 25 a 30% da população trabalhadora, onde se presenciava a exclusão das mulheres), além de ganhos salariais intimamente vinculados ao aumento da produtividade.

Esse modelo resolve os três grandes problemas que a crise de 1974 trouxe ao capitalismo: superar o padrão fordista, gerar um rebatimento negativo nas lutas de classes e possibilitar ao capitalismo a retomada na acumulação do capital.

É nos apresentado nesse instante uma nova forma de exploração da classe que vive do próprio trabalho e a otimização destes nos setores produtivos com uma variável crescente do exército industrial de reserva engrossando as fileiras dos pauperizados.

O fetiche da liberdade pula aos olhos dos proletários novamente, o padrão flexível de produção induz aos trabalhadores a pseudo liberdade entre “proprietários de mercadoria” (Joseane Soares do Santos; 2012), sob a ideia de salário por pesas e a retomada da velha forma de extração de mais-valia absoluta.

A organização da produção sofre grandes impactos que possibilitam uma frenética fragmentação nas relações de trabalho impondo uma nova forma de contrato aos trabalhadores com a chamada terceirização. Santos (2012; p.181) afirma que nesse momento:

Predominam, a partir de então, no lugar das tradicionais filiais das matrizes multinacionais, localizadas nos países cêntricos, a terceirização de setores da produção e da comercialização, cujos contratos assentam-se na inexistência de vínculos formais entre contratadas os monopólios; são chamadas “empresas redes”.

Outro aspecto importante que precisa ser observado nessa indelével análise foi a reforma do Estado que passando pela suas três faces de ascensão constitui o fermento para a nova acumulação capitalista e elemento importante para o desaceleramento das lutas sociais precedentes. É condicionante singular para a precarização do trabalho fornecendo ao capital fermento suficiente para a retomada do crescimento das taxas de lucro.

A reforma do Estado criou as condições políticas e estruturais para assegurar o pleno desenvolvimento da reestruturação produtiva, não foi diferente na grande depressão que levou a instauração do modelo taylorista/fordista que precisou e modelou o Estado a sua imagem e semelhança durante a década de quarenta e não foi diferente na década de setenta. Neste período utilizou-se para encobrir a crise do capital, o mito da crise do Estado, posto como precedentes para implicar ao Estado uma reforma ainda mais aguda.

No Brasil esse processo não foi diferente nos finais dos anos setenta e início dos oitenta. Com a depressão culminada em 1979 é feita a indicação que os problemas dessa crise seriam por que o Estado gastava muito, que o Estado era burocrático, que o Estado gasta mal, que o Estado era ineficiente, etc. Resultado, o Estado é que estava em crise e a solução apresentada seria uma reforma profunda na estrutura do Estado.

Antunes (1999) nos apresenta que esta reforma do Estado no Brasil se procedeu em três grandes momentos conhecidos como três gerações. A primeira geração ficou conhecida como geração do Estado mínimo, o mercado passa a assumir tudo na produção, isso desbancou na primeira fase das privatizações e a constituição de um gerencialismo puro (o Estado passa a ser gerenciado como uma grande impressa). Para resolver o problema de gastos mal aplicado e desnecessário criou-se o superávit, os gastos do Estado passaram a ser balizados por sua medida de arrecadação. Esse processo não conseguiu impor de forma plena o processo de reforma, ele se esgotou e abriu caminho para uma segunda geração. Geração conhecida como *consumerismo*, o Estado como fornecedor de serviços e consumidores os consumindo.

Essas duas primeiras gerações abriram caminho para a consolidação da reforma do Estado, porém não consegue conter os anseios e os questionamentos das massas (povo) que entram no processo de abertura democrática exigindo direitos. As questões postas por parte de setores da burguesia não consensuam com os interesses das massas, porém seus interesses são atendidos pela segunda geração da reforma. A terceira geração irá cumprir o papel de criar consenso entre os setores populares e de continuar a atender a demanda da burguesia, inserindo a população na consolidação total da reforma.

Ela teria o papel de cumprir primeiramente que a ênfase no desenvolvimento organizacional fosse de baixo para cima e na aprendizagem; insere-se aqui a necessidade de dialogar com as demandas advindas das comunidades incentivando-os a se organizarem. No segundo momento da valorização da cultura organizacional, ênfase nas organizações e

movimentos comunitários como meio de participação popular. No terceiro momento responsabilização (accountability) de políticos pela má formulação de políticas e administradores pela má implementação e gerenciamento delas. No quarto momento participação popular. No quinto momento ênfase no desenvolvimento da cidadania. E por fim a ênfase na proteção das “rés” pública.

Esta ultima “liberalismo social”, apontou os mecanismos necessários para assegurar a completude da reforma do Estado agora com apoio e participação social, observem que no item 4º e 6º enfatiza a inserção popular e assegurando lhes pleno desenvolvimento da cidadania; sujeitos autônomos capazes de decidir o melhor para si e para a sociedade.

Essas três gerações distintas e complementares expressam a mais clara faceta de reestruturação produtiva toyotista para assegurar à acumulação capitalista uma excedente força de trabalho semiqualficada e dóceis, indivíduos afastados da produção, mas assegurados por políticas sociais que são racionalizadas, a partir de demandas levantadas nas comunidades que os inibi das lutas de classes. Esta reforma fornece ao capital a possibilidade de imbricar nas áreas ditas sociais e auferir exorbitantes lucros nas iniciativas público/privado. Ela assegura ao capital maior flexibilização na relação entre capital/trabalho e por pressuposto intensifica a relação de exploração (um exemplo atual disso é a atual proposta de flexibilização da CLT e a reforma da previdência). O Estado se retira da responsabilidade de implementar e avaliar os serviços públicos delegando a responsabilidade aos prestadores de serviços, transferindo a avaliação dos serviços aos usuários “empoderados”.

Essa reestruturação produtiva atrelada à reforma do Estado acarretou não somente crise ao trabalho fabril e setores produtivos urbanos como, também, uma avalanche de contradições ao setor rural, esse, por assim dizer, sofrendo os mais latentes impactos da acumulação flexível.

Menor rendimento no salário, maior índice de exploração da mais-valia absoluta, maior nível de pobreza, maior precarização nas relações trabalhista, falta de uma regulamentação mais eficaz contra o trabalho escravo e infantil, menor qualidade sanitária e de moradia, menor acesso a áreas de saúde e educação, são traços da condição dos trabalhadores rurais em detrimento dos urbanos.

Podemos, sem sombra de dúvidas, assegurar que os condicionantes na contemporaneidade acerca da questão social em tempos de elevadíssimo desenvolvimento das

forças produtivas da sociedade são os mais perversos, uma vez que, o mesmo processo que possibilitaria a realização da vida humana sobre a terra é o mesmo que a degrada.

As expressões da “questão social” são refletidas no espelho do pauperismo social suas raízes ainda se fundam em relações de trabalhos similares aos de tempos escravocratas, no campo esse processo se intensifica pelas extensivas jornadas de trabalho, sem seguridade previdenciária ou de qualquer outra natureza, na via de mão dupla vem o desemprego que se acentua com a mecanização cada vez mais intensiva das fazendas/ empresas.

No Brasil o setor que menos sofre com a crise recente é o agronegócio, esse goza de incentivos cada vez mais generosos do Estado brasileiro, para garantir a balança comercial e o superávit primário. E é exatamente neste setor que vamos encontrar as mais acentuadas contradições baseadas na exploração da força de trabalho, precário desenvolvimento da capacidade técnicas destes operários do campo, baixos rendimentos salariais, maior atrelamento as condições servis do trabalho, e extensas jornadas de trabalho.

Nos tempos do capital a condição da classe trabalhadora não pode encontrar melhora a não ser pelo crivo da revolução. Revolução que abole por dentro a relação capital/trabalho, não existe reforma suficientemente impactante que transforme pela raiz a “questão social”. A classe trabalhadora só se verá livre quando romper com as condicionantes de sua condição de classe explorada.

2.4 Supressão da “Questão Social” e da Questão Agrária

A muito tem se questionado a quem cabe o papel histórico da transformação da sociedade capitalista e seus métodos de exploração da força de trabalho. E por um logo período esse papel transformador coube, segundo a literatura, à classe proletária organizada fabrilmente, tanto que no imaginário político a classe trabalhadora sempre se caracterizou como operariado tradicional.

Se observarmos as revoluções que se desencadearam ao longo do século XX, o proletariado fabril fomentaram o fazer histórico, mas vale ressaltar que todas elas, sem reservas foram articuladas e organizadas do campo para cidade, tendo a importância do proletário fabril na sua organização, mas o operário do campo como coadjuvante.

O dilema posto no Brasil é a quem cumpre esse papel? Seria imprudência de nossa parte acreditar que teríamos condições teórica/prático histórica para tal resposta, mas achamos

importante auferir nesse pequeno intróito alguns apontamentos que fomenta nossas preocupações sobre o tema.

Ao analisar atentamente as condições do desenvolvimento das forças produtivas do capital em solo tupiniquim, temos um quadro indicador de que idílicas formas de produção foram superadas em sua totalidade ao longo do período de organização do modo de produção capitalista no território brasileiro.

Sendo o Brasil um típico país de *capital-imperialismo* (Virginia Fontes; 2010), onde o ciclo da revolução burguesa tomou outros ditames se bastando em si na sociabilidade burguesa já pré estabelecida pelos países centrais, no qual a burguesia brasileira não encarnam em seu seio a cultura de uma burguesia nacional.

Como veremos em Fontes (2010. p 314) quando afirma que “inexiste pois uma burguesia nacional no Brasil e inexistem condições históricas para emergência de algo similar. Essa constatação de forma alguma reduz o peso e a complexidade organizativa dessas burguesias brasileiras”. Deparamos com um país de estrutura capitalista no seu apogeu de desenvolvimento não assimilando na sua estrutura orgânica formas de produção que não sejam puramente capitalistas.

Esse quadro nos indica que a forma de exploração do trabalho na contemporaneidade em toda sua plenitude seja na cidade como no campo está estritamente baseada na forma de acumulação de capital flexível, uma estrutura econômica baseada na produção única de mercadoria, à base do trabalho assalariado, com fim único de produzir mais valia.

Se esse é o argumento, nos parece correto afirmar que podemos sem sobra de dúvidas, assegurar que seja na cidade quanto no campo a forma de exploração da força de trabalho é genuinamente capitalista e a contradição primeira é entre capital/trabalho. Sendo assim os sujeitos que estão envolvidos nessa contradição é o proletariado do campo e cidade versus burguesia.

Até aqui identificamos uma totalidade na forma de exploração da força de trabalho que se assemelham, para não dizermos que sejam idênticas. Seja na cidade quanto no campo o que vamos encontrar é a plenitude e supremacia do capital, forjando insumos necessários para seu pleno desenvolvimento.

Podemos observar a precisão da argumentação de Marx (2005) acerca da simplificação de classes. Embora encontramos diversas atividades similares a inúmeras condição de classes

o que predomina e é em última instância o antagonismo entre burguesia e proletariado, os outros setores cada vez mais ou ascende a burguesia ou sucumbe a proletariado.

Marx (2005, p 52) é revelador ao afirmar que:

A nossa época, a época da burguesia, possui uma característica distintiva: simplificou os antagonismos de classe. A sociedade global divide-se cada vez mais em dois campos hostis, em duas grandes classes diretamente opostas entre si: a burguesia e proletariado.

A análise nos sugere afirmar que, compreendendo todas as suas singularidades e particularidades, e suas contradições próprias no âmbito da luta entre capital/trabalho, o operário que enfrenta as contradições fabris é o mesmo que enfrentam as contradições agrárias ou qualquer outro setor da produção. E se estamos corretos não se fazem distinção em quem é de fato o sujeito histórico do processo revolucionário, ambos tem que ser organizados para tal, ambos precisam ser educados para mesmas tarefas, embora, com métodos extraídos de suas próprias entranhas compreendendo suas discrepâncias em potencialidade.

O que se coloca nesse instante é quem irá cumprir a tarefa de organizar esses atores para o momento que esta por vir. Na nossa franca e modesta reflexão a organização política que se desafiar a essa tarefa precisa estar desvencilhada dos preconceitos que é típico das organizações e partidos contemporâneos. Hora enaltece o sujeito do campo no fazer histórico pelas tarefas cumpridas nos últimos 30 anos, hora enaltece o sujeito da cidade pela centralidade da classe, pela posição que ocupa nos setores estratégico da produção. Assim como dispor das vaidades e vícios que foram gestados no interior das organizações e partidos advindos de suas práticas corporativas.

Ao nosso olhar a questão agrária e a “questão social” só começarão a ser abolidas no instante em que ambos os sujeitos estiverem prontos para superar a sociedade que os tornam mercadorias. Operários do campo e cidade cientes de suas singularidades e particularidade, mas dotados de capacidade orgânica que os coloquem face a face superando a dualidade preconceituosa que tanto os conservadores quanto setores dos socialistas mantiveram ao longo do tempo.

CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS: questão agrária e a “questão social”

Ao considerar que a questão agrária é resultante da tomada de consciência dos trabalhadores do campo sobre as condições de sua existência e, não somente isso, mais também, um lançar-se na luta para transformar essa realidade, podemos afirmar que seus paradigmas se coincidem com os da “questão social”.

Assim como o vocábulo “questão social” vem da resposta para as expressões das condições de vida do operário, a partir da tomada de consciência deste sobre as mazelas que a ordem burguesa os condicionava com a precarização do trabalho. A questão agrária também comporta em si todas essas dimensões da vida social embora num universo completamente diferente, porém completamente entranhado na diversidade da vida social urbana.

A questão a ser observada é que hoje a expressão se confunde, uma vez que a sociabilidade burguesa capitalizou todos os espaços do globo, rompendo as fronteiras que dividiam campo e cidade e sua relação interpessoal, tanto no universo urbano quanto no rural, cada vez mais vamos encontrar a simplificação de classes que Marx tanto alertava, estreitando mais os dois universos, campo e cidade. Marx (2005; p 52) afirma que

(...) a nossa época, a época da burguesia, possui características distintas: simplificou os antagonismos de classe. A sociedade global divide-se cada vez mais em dois campos hostis, em duas grandes classes diretamente opostas entre si: a burguesia e o proletariado.

E sobre a ruptura das fronteiras entre campo e cidade Marx (2005. p. 56). enfatiza que “A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou enormes cidades, aumentando tremendamente a população urbana em relação á rural, arrancando assim contingentes consideráveis da população do embrutecimento da vida rural”.

Mas um problema se põe para nossa análise, se a “questão social” é, como enfatizou Iamamoto (2011), um lançamento do *operariado no cenário político* como classe e na análise de Netto (2011) uma *classe para si*, o despertar, consciente, do operariado sobre o antagonismo entre capital e trabalho, sobre sua condição de explorado ser consequência primeira da acumulação de capital. Como encontrar similitude com a questão agrária, uma vez, que nossa análise sugere que sua aplicação pode datar a partir das lutas dos camponeses entre os séculos XV e XVI e, ao que tudo indica que, no imaginário dos camponeses subversivos da Europa daquele tempo, não estava posto a consciência de classe?

Podemos afirmar, com toda segurança, que as similitudes encontram nas condições referentes às expressões que ambas assimilam e não, necessariamente no seu conteúdo de classes, embora os camponeses se colocassem à frente de muitas lutas revolucionária, esses nunca se colocaram enquanto classe para si e, portanto nunca estiveram na centralidade de classe.

Seu papel eminentemente enquanto classe intermediária na literatura moderna, e em certa medida de pequenos burgueses na literatura contemporânea, nunca os colocaram para além de suas reivindicações corporativas. Seja o camponês na luta por melhores condições de vida e acesso aos campos e florestas de outrora ou os trabalhadores rurais na luta pela reforma agrária de hoje seu horizonte se estreita aos limites da necessidade imediata, mesmo que coloquemos em sua boca palavras como transformação social entre outras.

“Questão social” e questão agrária mesmo que tenham pontos de partida comuns não podem ser confundidas e nem comparadas, cada uma cumpre sua função social e ambas são importantes para designarmos as contradições inerentes ao modo capitalista de produção, por que ambas são fruto da contradição entre capital e trabalho.

A questão agrária com sua raiz na contradição entre capital e trabalho fomenta-se na contradição eminente da propriedade privada da terra e trabalho. Observa-se que quanto mais privada e concentrada é a posse da terra mais pauperismo esse processo produz, um não vive sem o outro.

Ambas terão seu processo de ruptura com a eliminação de suas expressões quando a revolução social, produzida pela classe que vive do próprio trabalho, eliminar as relações sociais fundadas na propriedade privada dos meios de produção e a forma salário.

Mesmo com nascedouro diferente e pontos necessariamente particulares não podemos enfrentar as expressões da questão social e a questão agrária de forma separada. Resolvendo uma para resolver a outras, ambas tem seu limiar de destruição na mesma obra, a revolução socialista.

Nosso desafio, posto na contemporaneidade, é assimilar a questão agrária como refração da realidade da classe trabalhadora como um todo e não como algo particular do trabalhador do campo. Não podemos compreender a questão social como particularidade do operariado moderno urbano. Ambas as questões são eminente à realidade social em que estamos posto, a sociabilidade burguesa.

O operariado do campo, assim como o operariado da cidade estão amplamente envolvidos na mesma lógica capitalista, produção de mercadoria para a realização da mais valia. Seu universo de exploração sucumbi-se com a mesma luta a transformação social, o que um sofrer por esta luta o outro sofre também, compreendendo os limites da cada realidade em particular.

Por essas e outras razões é que chegamos a reflexão de que compreender uma sem compreender a outra é reclamar a necessidade da revolução pela metade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Boitempo, 1999.

BEER, Max. **História do socialismo e das lutas sociais**. 1º. ed. São Paulo; expressão popular, 2006.

BRANCO, Rodrigo Castelo. “**A questão social**” e o social-liberalismo brasileiro: contribuição à crítica da noção do desenvolvimento econômico com equidade. *Emancipação*, ponta grossa, 8(1): 21-35, 2008 [HTTP://www.uepg/emancipacao](http://www.uepg/emancipacao).

ENGELS, Friedrich. **A revolução antes da revolução**. 1º. ed. São Paulo; expressão popular, 2008.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo**: teoria e história. 2º. ed. Rio de Janeiro; EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

HOBBSAWM, Eric. J. **A era das revoluções**. 19º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica/ Marilda Villela Iamamoto, Raul de Carvalho. 3º. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KAUSTSKY, Karl. **A questão Agrária**. São Paulo: Flama S/A, s/d.

MARX, Karl. **O capital** (crítica da economia política). Editora civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1974.

_____. **O capital** (crítica da economia política) Livro I volume I. 3º. ed. editora civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1975.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2º. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1983.

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas.** 4º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra S/A, 1985.

_____. **Manuscritos econômico – filosóficos.** 1º ed. São Paulo, Boitempo editorial, 2004.

_____. **O manifesto comunista.** Karl Marx, Friedrich Engels. 2º ed. São Paulo: Centauros, 2006.

_____. **A ideologia alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas/ Karl Marx, Friedrich Engels. 1º ed. São Paulo, Boitempo, 2007.

NETTO, José Paulo. **O Leitor de Marx.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social.** 8º ed. São Paulo, Cortez, 2011.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx.** 1º ed. SP. Expressão Popular, 2011.

SMITTH, Adam. **Riqueza das nações:** edição condensada. 1º ed. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.

SANTOS, Joseane Soares. **“Questão social”:** particularidades no Brasil (coleção Biblioteca básica de serviço social; v. 6). São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, José Graziano. **O que é questão agrária:** coleção primeiros passos. 4º ed. Brasiliense, 1981.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, 1910 – 1989. **Miniaurélio Século XXI:** minidicionário da língua portuguesa. 5º ed. rev. ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista.** Jorge Zahar Editor Ltda, RJ, Edição digital: abril 2013.